



Relatório de atividades 2015-2016



2015

Presidente

Antônio Donato (PT)

1º Vice-Presidente

Edir Sales (PSD)

2º Vice-Presidente

Toninho Paiva (PR)

1º Secretário

Aurélio Nomura (PSDB)

2º Secretário

Paulo Frange (PTB)

1º Suplente

Eduardo Tuma (PSDB)

2º Suplente

Noemi Nonato (PR)

Corregedor Geral

Dalton Silvano (Democratas)

2016

Presidente

Antônio Donato (PT)

1º Vice-Presidente

Milton Leite (Democratas)

2º Vice-Presidente

Edir Sales (PSD)

1º Secretário

Adolfo Quintas (PSD)

2º Secretário

Adilson Amadeu (PTB)

1º Suplente

George Hato (PMDB)

2º Suplente

Eduardo Tuma (PSDB)

Corregedor Geral

Dalton Silvano (Democratas)

Ficha catalográfica elaborada pela Equipe de Biblioteca da CMSP - SGP.32

S241r

São Paulo (SP). Câmara Municipal. Escola do Parlamento.
Relatório de atividades 2015-2016 / Escola do Parlamento da
Câmara Municipal de São Paulo. – São Paulo: Gráfica da Câmara
Municipal de São Paulo, 2016.
82 p.

1. Administração pública. 2. Escola do Parlamento – Câmara
Municipal – São Paulo (SP) – Relatório Administrativo. I. Título.

CDU 352(047.32)



Relatório de atividades 2015-2016

DEZEMBRO 2016



2015

Diretor-Presidente

Christy Ganzert Pato

Diretores Acadêmicos

Emerson Rildo Araújo de Carvalho

Lara Mesquita

Leonardo Barbagallo

Diretores - Executivos

Antônio Rodrigues de Freitas Jr.

Fabio Pierdomenico

Tatiana Braz Ribeiral

2016

Diretor-Presidente

Christy Ganzert Pato

Diretores Acadêmicos

Gustavo Costa

Lara Mesquita

Leonardo Barbagallo

Diretores - Executivos

Antônio Rodrigues de Freitas Jr.

Carolina Cutrupi Ferreira

Fabio Pierdomenico

Equipe 2015 e 2016

Altair da Silva Maiochi

Camila Barrero Breitenvieser

Catuí Côrte-Real Suarez

Cely Costa Aguiar

Elio Araújo da Silva

Fatima Thimoteo

Márcio Tadeo Tanabe

Maria Regina de Faria Vallado Costa

Nilse Maria Costa Camillo Rehm

Roberto Cardoso Ferreira

Silvia Carvalho

Tarsila Montresor Alves

Coordenadores 2015 e 2016

Alexsandro Santos

Celso Francisco de Oliveira

Pedro Henrique Lopes Campos

Coordenadores Especiais 2015 e 2016

Alexandre Augusto Liceski da Fonseca

Livia Karasawa Tamashiro

Maria Isabel Lopes Corrêa

Monica Lília Vigna Silva Grippo

Estagiários 2015 e 2016

Edgard Francellino dos Santos

Rafael Lorena de Pinho

Renan Roger Gonçalves da Silva

Ricardo Monteiro Cavalcante

Viviane Lima de Andrade

Fotógrafos CCI/ CMSP

Angelo Dantas

Gute Garbelotto

Fábio Jr

Marcelo Ximenez

Mozart Gomes

Ricardo Rocha

Projeto gráfico e diagramação do Relatório Anual 2015-2016

Heloísa Nunes

Francine Sakata

Felipe Neres



SUMÁRIO

6	I. APRESENTAÇÃO
10	II. COOPERAÇÕES E PARCERIAS DA ESCOLA DO PARLAMENTO
25	III. ATIVIDADES
25	A ESCOLA EM NÚMEROS
26	CURSOS LIVRES, SEMINÁRIOS E DEBATES
40	PÓS-GRADUAÇÃO
44	PESQUISA E PUBLICAÇÕES
48	IV. COMUNICAÇÃO
54	V. ESTRUTURA DA ESCOLA
57	ANEXOS
58	QUADRO RESUMO DAS ATIVIDADES 2015 E 2016
76	ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CONVÊNIOS
77	CLIPPING DE MATÉRIAS
79	BALANÇO DO BIÊNIO

I. APRESENTAÇÃO



2015 JAN FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ

6 Neste mês de dezembro de 2016 a Escola do Parlamento completa cinco anos de existência. Imprescindível reconhecer o apoio incondicional de uma equipe dedicada e dos diversos setores da Câmara Municipal envolvidos nos processos de elaboração, implementação e consolidação de suas atividades. E foi graças a esse apoio e também às sólidas fundações construídas pelas diretorias anteriores, que a Escola logrou alcançar tantos feitos. Feitos estes que nos permitem comemorar o primeiro quinquênio de vida da Escola com a sensação de dever cumprido, mas também com a certeza de que este é apenas o primeiro capítulo de uma história de sucesso e trabalho árduo e contínuo a ser percorrida pela Escola do Parlamento, que hoje talvez já não seja mais apenas da Câmara Municipal, mas de toda a cidade de São Paulo.

O desafio para o biênio 2015/2016 era o de intensificar as atividades da Escola, atendendo não só a um pleito constante de muitos setores organizados da sociedade civil, mas também como parte de uma estratégia mais ampla da Câmara de São Paulo, de maior aproximação das dinâmicas sociais, tal como delineado através de ações como a do *Câmara no Seu Bairro*. À Escola do Parlamento cabia, portanto, o desafio de construção de uma intensa agenda de promoção da cidadania, firmando-se como um canal de diálogo e formação junto à cidade.



O fortalecimento deste espaço público, que é a Escola do Parlamento, somente foi possível graças a todo o empenho da Presidência e dos vereadores integrantes das Mesas Diretoras dos anos de 2015 e 2016, que reconheceram e acolheram o sentimento da sociedade de ocupar esta Casa também através da Escola. Neste período, a Escola deixou de ser apenas uma escola do legislativo, constituindo-se também como um espaço de reflexão sobre as políticas públicas e sobre os temas relevantes à democracia brasileira, aos paulistanos e à cidade. A Escola procurou assim contribuir para que o espaço da Câmara Municipal de São Paulo pudesse ser ainda mais permeável às parcerias institucionais com os mais diversos atores da sociedade civil organizada e da academia.

Para tanto, a Escola do Parlamento concentrou suas forças em duas grandes frentes de atuação. A primeira foi a promoção de uma série de atividades com universidades, faculdades e centros de pesquisa renomados, aproximando a academia de um debate mais amplo, fora dos muros da universidade, e mais próximo dos munícipes. Neste sentido, todas as atividades da Escola do Parlamento estão contempladas em quatro grandes eixos temáticos que referenciam o debate sobre instituições democráticas e São Paulo: “Estado, Instituições, Democracia e Participação Social”; “Estudos da Metrópole”; “Gestão e Políticas Públicas” e “Cultura, Educação e Cidadania”.



8 Para além dos seminários, ciclos de debates e cursos livres vinculados aos quatro eixos, a Escola consolidou seu curso de pós-graduação em nível de especialização Legislativo e Democracia no Brasil, obtendo seu credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação e finalizando, neste mês de dezembro, a seleção de alunos para a terceira turma. Foram 40 selecionados dentre mais de 180 candidatos, cujos projetos foram submetidos a uma banca de avaliação externa composta por professores gabaritados no meio acadêmico. A Escola também expandiu suas atividades de pós-graduação, iniciando o curso de aperfeiçoamento Legislativo, Controle Externo e Políticas Públicas no Brasil, em parceria com a Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município, com carga horária de 180 horas e doze meses de duração.

A segunda grande frente foi a intensificação do relacionamento da Escola do Parlamento com outras instituições de ensino, escolas de governo e organizações da sociedade civil. Ao final deste ano temos um balanço de 15 termos de cooperação técnica ou parcerias firmadas, dentre os quais com a Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina e Caribe (CEPAL), com o Serviço Social do Comércio de São Paulo (SescSP), com a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), com a Escola Judiciária Eleitoral Paulista (EJEP) do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e com o Centro Alemão de Ciência e Inovação de São Paulo



CCI/CMSP



CCI/CMSP

(DWIH-SP). Tais parcerias somam esforços e intensificam a expansão das atividades de educação para a democracia, apresentando ao público o funcionamento das instituições brasileiras.

9

Realizamos, nos anos de 2015 e 2016, quase 100 atividades que totalizaram cerca de 26 mil assinaturas em lista de presenças, sem contar a audiência das transmissões online de todas as atividades e as visualizações dos vídeos gravados e disponibilizados no Portal da Câmara. Consideramos, pois, que está clara e consolidada a vocação da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo: ser um polo de reflexão e debate acerca da realidade da metrópole paulistana, abordando aspectos inerentes à atuação do poder público e às políticas públicas por ele implementadas, além de se dedicar, cada vez com mais afinco, à sua vocação de educação para a democracia, diversificando as iniciativas nesse sentido, e ampliando o público formado.

Que o presente relatório não apenas forneça um panorama desses intensos dois anos, mas que também possa inspirar os caminhos da Escola em 2017.

Christy Ganzert Pato
Diretor-Presidente
2015-2016

II. COOPERAÇÕES E PARCERIAS DA ESCOLA DO PARLAMENTO



10

A Lei Municipal nº 15.506 de 13 de dezembro de 2011 estabelece como um dos objetivos da Escola do Parlamento o estímulo à pesquisa técnico-acadêmica em cooperação com outras instituições de ensino (art. 3º, inciso III), e o próprio Regimento Interno da Escola prevê o intercâmbio e a transferência de conhecimentos entre as diversas Casas Legislativas.

Como forma de atender a este mandamento legal e oferecer ao parlamentar e aos municípios meios de educação em cidadania e política, a Escola do Parlamento tem atuado intensamente com outros setores da Câmara Municipal de São Paulo bem como promovido parcerias e cooperações com diversas instituições ligadas à atuação legislativa ou à gestão de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As ações realizadas ao longo dos anos de 2015 e 2016 contaram com o apoio expressivo da

TVCâmara, do Portal da Câmara e WebRádio, do Centro de Memória, do Centro de Comunicação Institucional – equipe de eventos (CCI.1), suporte multimídia (CCI.2) e comunicação (CCI.3) –, além da Diretoria de Comunicação Externa (DCE) e da Assessoria de Imprensa da Presidência.

Um exemplo destas parcerias bem sucedidas foi o ciclo de debates SP2030 (2016), em que os encontros foram produzidos e transmitidos ao vivo pela TVCâmara e contaram com a participação de outros setores da Câmara Municipal, como o Portal da Câmara. A Assessoria de Imprensa da Presidência auxiliou na elaboração da pauta, na divulgação do evento e na divulgação da pesquisa São Paulo 2030. Coube ainda ao Centro de Comunicação Institucional (CCI.3)



Seminário Memória institucional e legislativo: recursos e possibilidades

– parceria com as equipes do Arquivo Geral (SGP.33)
e do Centro de Memória da Câmara Municipal de São
Paulo

e à Diretoria de Comunicação Externa a produção de toda a identidade visual do evento.

Em março de 2016 a Escola do Parlamento organizou o seminário **Memória institucional e legislativo: recursos e possibilidades** em parceria com a equipe do Arquivo Geral (SGP.33) e do Centro de Memória da Câmara Municipal de São Paulo. A proposta do seminário foi apresentar um panorama geral sobre a memória e a história da Câmara, bem como mostrar o acesso às informações na Secretaria de Documentação da Câmara e a atuação do jornalista na preservação da memória institucional.

A integração da Escola do Parlamento não se restringiu aos setores internos da Câmara Municipal de São Paulo. A gestão 2015/2016 foi marcada pela articulação de uma série de parcerias externas e de grande proveito para

os alunos participantes. Todas as atividades desenvolvidas possibilitaram maior aproximação, troca de experiências e reflexões sobre os projetos metodológicos e os desafios para a construção de uma Escola que esteja sempre atenta às demandas da sociedade. As parcerias foram estabelecidas por meio de convênios e acordos de cooperação técnica ou por ação conjunta para uma atividade específica.

1. Convênios e termos de cooperação

O convênio com a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (ABEL), firmado já em 2011, ampliou a troca de experiências entre a Escola do Parlamento e as demais Escolas do Legislativo, seja por meio da participação nos encontros promovidos pela ABEL quanto pela organização do XXVI Encontro da ABEL



CCI/CMSP

Ciclo de debates São Paulo 2030

– produção e transmissão ao vivo pela TVCâmara, com a participação do Portal da Câmara, da Assessoria de Imprensa da Presidência, do CCI.3 e da Diretoria de Comunicação Externa



CCI/CMSP

CCI/CMSP



Curso Gestão de Licitações e Contratos

– realizado em parceria com a Escola Superior de Gestão e Contas Pública “Conselheiro Eurípedes Sales”

e do censo das Escolas do Legislativo e de Contas. Realizado no ano de 2015, o XXVI Encontro teve como objetivo resgatar a trajetória das Escolas integrantes da ABEL, assim como a da Associação, e abordar os desafios para o futuro das Escolas do Legislativo e de Contas.

A Escola Superior de Gestão e Contas Públicas “Conselheiro Eurípedes Sales”, vinculada ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo é uma importante instituição parceira da Escola do Parlamento, especialmente na formulação e na coorganização dos cursos de especialização em Gestão e Controle Externo das Contas Públicas, a ser implementado ao longo do ano de 2017, e de aperfeiçoamento em Legislativo, Controle Externo e Políticas Públicas no Brasil (2016), cujas aulas já são realizadas na própria

Escola Superior de Contas. Enquanto o curso de especialização teve por objetivo capacitar o corpo discente com conceitos atualizados e práticas em gestão pública e controle externo, o curso de aperfeiçoamento pretendeu oferecer aos alunos um conjunto de ferramentas teórico-metodológicas para identificar e compreender traços fundamentais da estrutura e do funcionamento do Estado Brasileiro, como condicionantes da formulação e implementação das políticas públicas. Além destes cursos, os docentes da Escola Superior de Contas foram os responsáveis pela formulação e consecução do curso *Gestão de Contratos e Licitações* (2016), ambos voltados à capacitação de servidores da Câmara Municipal de São Paulo.

O acordo de cooperação com a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), firmado em



Acordo de cooperação firmado com a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

14 maio de 2016, teve como primeira atividade um curso na modalidade EAD de formação em Direitos Humanos (2016). A proposta do curso, com 90 horas-aula, é ofertar ações de formação que provoquem, motivem e subsidiem a efetivação de práticas, atitudes e processos geradores de uma cultura pautada pelos fundamentos e conquistas dos direitos humanos. A primeira turma do curso foi composta por 150 alunos, tendo 50 vagas reservadas para os alunos e servidores da UNIFESP, 80 vagas destinadas aos servidores públicos da Prefeitura do Município de São Paulo e da Câmara Municipal de São Paulo e 20 abertas ao público em geral.

No ano de 2015 a Câmara Municipal de São Paulo e a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe (CEPAL)

formalizaram um termo de cooperação técnica, representadas, respectivamente, pela Escola do Parlamento e pelo Instituto Latino-americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES), integrante da CEPAL.

A CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e está sediada em Santiago, no Chile. A instituição foi criada para contribuir para o desenvolvimento econômico e social da América Latina, coordenar ações e estimular a integração entre os países membros com as demais nações do mundo. Recentemente, seu escopo de ação foi ampliado para incorporar países do Caribe e a promoção do desenvolvimento social. Já o ILPES executa programas de assessoramento e de capacitação de governos da região, em diferentes assuntos de interesse público, tais como planejamento estratégico, gestão pública e planejamento para o desenvol-



Acordo de cooperação firmado com a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Assinatura do termo de cooperação com a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe (CEPAL)





CCI/CMSP

Ciclo de Debates sobre Saúde Mental

– parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, representada pela Escola da Defensoria

16 vimento, planejamento territorial e avaliação e acompanhamento de projetos e investimentos públicos, entre outros.

A parceria tem o propósito de desenvolver um programa de cooperação para a formação de recursos humanos (capacitações, seminários e outras atividades), programas de pós-graduação e intercâmbios acadêmicos, profissionais e de pesquisa voltados ao desenvolvimento econômico e social, à economia das cidades, aos investimentos públicos, à avaliação de políticas públicas, ao planejamento territorial, ao desenvolvimento econômico, ao desenvolvimento sustentável dentre outros temas correlatos.

A parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, representada pela Escola da Defensoria, foi formalizada no ano de 2012,

com a proposta de aprofundar e aprimorar a qualidade do acompanhamento do processo legislativo, bem como o aperfeiçoamento do trabalho técnico já realizado pela Defensoria Pública. Neste sentido, foram definidas atividades conjuntas com o objetivo de capacitar defensores públicos e outros servidores, além de também interessados que lidam com temas afins, como a criminalização das drogas e a internação compulsória do doente mental, bem como formas alternativas de resolução de conflitos e o aumento do fluxo imigratório na cidade de São Paulo e suas consequências.

Em relação às migrações contemporâneas, a Escola do Parlamento, o Museu da Imigração do Estado de São Paulo e a própria Defensoria Pública organizaram, nos anos de 2015 e 2016, o seminário São Paulo de Todos os Imigrantes,



Seminário São Paulo de todos os Imigrantes
 – organizado pela Escola do Parlamento, pelo Museu da Imigração do Estado de São Paulo e pela Defensoria Pública

cujo objetivo é abordar temas transversais às migrações contemporâneas, discutir mecanismos que visam garantir o acesso pleno de direitos aos migrantes e debater fronteiras legais tendo como foco principal a integração social e cultural proporcionada pelo intercâmbio de experiências e vivências das diferentes comunidades no espaço público.

O termo de cooperação técnica entre a Escola do Parlamento e a Secretaria Municipal de Educação compreendeu uma série de atividades voltadas à formação dos profissionais da educação, com enfoque na formação para a cidadania, além de aprofundar o debate sobre a gestão democrática na escola e a participação dos sujeitos no território educacional. Foram realizadas as seguintes atividades:

- **Curso Educação e Cidadania (2015):** curso na área da Educação oferecido às Diretorias Regionais de Ensino do Ipiranga, Santo Amaro, Itaquera e Penha, com a proposta de compreender a importância do espaço escolar como local de formação do cidadão participativo, bem como a relevância do papel dos educadores na promoção do exercício democrático de participação, identificando formas de gestão escolar promotoras do trabalho da comunidade no processo de tomada de decisões.
- **II Ciclo de Seminários Agir Democrático - o CRECE, a Democracia Participativa e a Qualidade Social da Educação (2016):** atividade com o objetivo de identificar os processos de Educação que promovam o exercício da cidadania ativa e refletir sobre a importância dos





Projeto Repórter do Futuro

– convênio da Câmara Municipal com a Oboré Projetos Especiais em Comunicações e Artes

exercícios de participação no espaço escolar como oportunidades de formação do cidadão participativo;

- **Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (2016):** atividade organizada para apresentar as principais alterações das parcerias entre o poder público e as Organizações da Sociedade Civil com a entrada em vigor da Lei nº 13.019/2014, voltada aos dirigentes que mantêm convênio com a SME para atendimento em Centros de Educação Infantil.

O convênio firmado com a Oboré Projetos Especiais em Comunicações e Artes foi concretizado no ano de 2011, e desde então a Câmara Municipal vem hospedando o projeto Repórter do Futuro.

O Repórter do Futuro é um projeto de formação iniciado pela OBORÉ em 1994, cuja proposta é complementar as atividades práticas laboratoriais de alunos matriculados nos cursos de jornalismo com foco no estímulo à prática reflexiva e no exercício da reportagem.

Os módulos realizados nos anos de 2015 e 2016 caracterizaram-se pela intensa participação de diversos setores da Câmara Municipal, especialmente a TVCâmara, o Portal da Câmara, o CCI.3 e a Revista Apartes, a Assessoria de Imprensa da Presidência e o Centro de Memória. Estes setores, pela própria natureza de suas atividades, foram fundamentais para o enriquecimento do curso. A edição de 2016 do projeto teve ainda uma visita aos setores responsáveis pela estrutura interna, pelo assessoramento legislativo e



Ciclo de debates Abrindo a Câmara

– parceria da Escola com a Open Knowledge Brasil

20 pelo desempenho de atribuições regimentais e constitucionais dos vereadores.

O Sindicato dos Servidores da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (SINDILEX) é instituição parceira da Escola do Parlamento desde o ano de 2013, seja na cooperação com o curso de pós-graduação **Legislativo e Democracia no Brasil**, seja pela coorganização dos cursos **Política Urbana e Direito Urbanístico (2015)** e **Direito Eleitoral – Eleições 2016 (2016)**. O curso **Direito Eleitoral** tornou-se um instrumento fundamental de capacitação dos cidadãos e servidores ligados à administração municipal para o exercício de suas funções no que se relaciona ao direito público em geral e direito eleitoral. O curso, composto por 13 aulas com especialistas da prática eleitoral, apresentou e discutiu as disposições normativas aplicáveis ao pleito de 2016, oferecendo co-

nhecimentos que visam compreender o Direito Eleitoral e o Processo Eleitoral com base nos princípios constitucionais, bem como as principais diretrizes e os vários aspectos do processo eleitoral.

A realização de um termo de cooperação técnica com a Open Knowledge Brasil intensificou a promoção de atividades relacionadas à formação cidadã e política realizada pela Escola do Parlamento. O ciclo de debates **Abrindo a Câmara (2016)**, fruto da parceria, teve o propósito de explicar o funcionamento da Câmara Municipal, apontar as experiências já vividas e apresentar possibilidades de práticas inovadoras. Outro fruto desta cooperação foi o evento **Campanhas limpas, transparentes e participativas (2016)**, que trouxe um debate sobre a importância do papel ativo dos cidadãos-eleitores nas



Assinatura do termo de cooperação com o Sesc São Paulo (Serviço Social do Comércio)

campanhas e no cotidiano da atividade política e contou com a participação de especialistas brasileiros e estadunidenses em matéria de financiamento de campanha eleitoral.

O termo de cooperação técnica com o Centro de Pesquisa e Formação do Serviço Social do Comércio, Administração Regional do Estado de São Paulo – SESC/SP visa promover uma agenda de cursos, palestras, pesquisas e eventos focados na área de políticas públicas de cultura e programas de gestão cultural. No ano de 2016 essa parceria rendeu dois seminários. O primeiro deles debateu as políticas de fomento à cultura na cidade de São Paulo e se debruçou sobre o resultado dos programas já formalizados em Lei, os projetos de Lei em andamento

para a formalização de novos programas e o uso do fomento como política pública. O segundo seminário teve como foco o Plano Municipal de Cultura, como o processo de diagnóstico. Está em fase de elaboração a próxima atividade fruto desta parceria, que abordará o tema do orçamento público na área da Cultura.

A parceria com o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, TRE/SP, assinada em dezembro de 2016, visa aproximar as atividades da Escola Judiciária Eleitoral Paulista com a Escola do Parlamento.

Por sua vez o Termo de Cooperação assinado com a EMASP, Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo, permitirá maior agilidade no reconhecimento dos certificados

emitidos pelas escolas aos servidores do Poder Legislativo e do Executivo, além de somar esforços nas atividades que buscam debater os problemas cotidianos da capital paulista e na formação dos seus servidores.

2. Outras parcerias

A Escola do Parlamento também promoveu uma série de atividades realizadas através de parcerias pontuais, que não envolveram termos de cooperação de longo prazo.

O I Congresso Internacional de Contas Públicas (2016) foi um evento realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) com a Escola do Parlamento e o apoio do Instituto Rui Barbosa - IRB e da Comissão de Pós-graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. O evento discutiu temas como instrumentos de medição do desempenho da gestão pública, a responsabilidade pelo uso do erário público, os desafios dos tribunais de contas no século XXI e gasto público.

22

O Centro Alemão de Ciência e Inovação São Paulo (DWIH-SP) representa no exterior as universidades, instituições de pesquisa e agências de inovação alemãs sob um mesmo teto, e é uma plataforma importante para um intercâmbio bem sucedido e eficiente com parceiros internacionais. Trata-se de uma iniciativa do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Educação e Pesquisa da Alemanha para intensificar o intercâmbio científico de profissionais e ideias, além de servir como base para estimular o surgimento de novas cooperações de pesquisa e projetos de inovação entre pesquisadores alemães e seus parceiros nos países anfitriões.

Nos dias 29 e 30 de novembro do ano de 2016, a Escola do Parlamento, o Centro Alemão de

Ciência e Inovação São Paulo (DWIH-SP) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) realizaram o 5th German-Brazilian Dialogue on Science and Innovation 2016 - The City of Tomorrow - Tackling Urban Challenges and Opportunities - 5º Diálogo Brasil-Alemanha sobre ciência e inovação - A cidade do amanhã - Desafios e Oportunidades dos Conglomerados Urbanos, com os propósitos de estabelecer um diálogo entre acadêmicos alemães e brasileiros, conceber parcerias para debater processos de urbanização e relacionar os debates promovidos no evento com as discussões da Habitat III (Terceira Conferência da ONU sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável) na Alemanha e no Brasil.

O 5th German-Brazilian Dialogue on Science and Innovation 2016 (2016) tornou-se possível graças a um Memorando de Entendimento entre o Ministério das Cidades brasileiro e o Ministério Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza, Construção e Segurança Nuclear da Alemanha (BMUB), no qual ambos os países reforçaram a necessidade de contribuir para o desenvolvimento urbano sustentável. A partir deste alinhamento, o Ministério de Relações Exteriores alemão (AA) solicitou ao Centro Alemão de Ciência e Inovação São Paulo (DWIH) a organização de um evento sobre urbanização. Ele foi realizado em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Ministério de Relações Exteriores alemão (AA), a Escola do Parlamento e a Câmara Municipal de São Paulo, que forneceu o espaço e a infraestrutura. Também foram parceiros a Sociedade Alemã para Cooperação Internacional (GIZ), a editora Springer Verlag, a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, a Associação de engenheiros Alemanha-Brasil e o Instituto Goethe.



5th German-Brazilian Dialogue on Science and Innovation 2016 – The City of Tomorrow – Tackling Urban Challenges and Opportunities | 5º Diálogo Brasil-Alemanha sobre ciência e inovação – A cidade do amanhã – Desafios e Oportunidades dos Conglomerados Urbanos

– realizado em parceria com o Centro Alemão de Ciência e Inovação São Paulo (DWIH-SP) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

Já a parceria com o Centro de Estudos Jurídicos (CEJUR) da Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos de São Paulo foi a grande responsável por uma série de cursos e atividades voltadas à formação jurídica e política. Dentre os cursos realizados, destacam-se **Introdução ao Direito Constitucional (2016)**, **Direitos Fundamentais (2016)** e o ciclo de debates **Fórum das cidades (2016)**. Os objetivos foram trazer à compreensão do cidadão comum não familiarizado com a linguagem jurídica, alguns temas abordados pela Constituição Federal e a legislação federal sobre direito urbanístico.

O **Governança da Água (2015)** foi realizado em parceria com o Conselho da Cidade do Município de São Paulo, órgão consultivo ligado

à Secretaria Municipal de Relações Governamentais, para debater o papel do município no cuidado com a água. O evento contou com duas mesas, sendo a primeira denominada **Governança de recursos hídricos** e a segunda **Serviços de Água e Esgoto: a opção entre o público e o privado**. Foram abordados os conflitos entre tipos de usos e regiões, eventos climáticos extremos e novos paradigmas, cenários de escassez e participação social, além de uma comparação entre os modelos de gestão dos serviços privados e público e as tendências mundiais.

Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2016) foi um curso de formação para o enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial, voltado ao debate aberto sobre a luta contra o



CCI/CMSP

Curso Políticas de Promoção da Igualdade Racial,
realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Promoção da
Igualdade Racial

24 racismo, a discriminação racial e a intolerância correlata. Realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, o curso foi considerado uma importante atividade de reflexão sobre a diversidade e promoção da igualdade racial na Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024).

Por fim, destacam-se os termos de cooperação técnica firmados com a Fundação Espaço Eco e com a Câmara Municipal de Itapevi, com o objetivo de desenvolver estudos quanto à possibilidade de integração e cooperação técnica que permitam executar pesquisas, programas e atividades sobre o trabalho do Poder Legislativo e da gestão pública.

Registramos aqui também a visita de vários integrantes de Câmaras Municipais e de Escolas do Legislativo, oportunidades nas quais

foi possível apresentar o projeto da Escola do Parlamento e trocar experiências comuns. A Escola recebeu a visita de vereadores e servidores das Câmaras de Guarujá (02/02/2015), de Sobral (02/03/2016), de Tupã (11/05/2016), de São Carlos (24/06/2016), de Sorocaba (29/06/2016), de Osasco (08/09/2016) e de Bragança (20/10/2016).

III. ATIVIDADES



MOZART GOMES/ CMSP

A ESCOLA EM NÚMEROS

Durante a gestão 2015/2016 a Escola do Parlamento teve cerca de 26.000 assinaturas nas listas de presença, distribuídas em 92 atividades diversas, tais como cursos, seminários, debates, etc., que totalizaram mais de 1400 horas de atividades. Apenas no ano de 2016 foram realizadas 55 atividades correspondentes a 824 horas.

Em relação ao número de assinaturas registradas nas listas de presença ao longo de 2014, o fluxo de participantes auferido em 2015 representa um acréscimo de 315%, passando de 2.236 em 2014 para 9.277 em 2015. Em 2016 a escola registrou 16.687 assinaturas, o que representa um aumento de 80% em relação a 2015, e de 646% em relação a 2014.

Quanto ao perfil dos alunos, 51,5% dos inscritos nas atividades da Escola do Parlamento

têm, no mínimo, ensino superior completo, e outros 41,3% são estudantes do ensino superior. 52,7% se declararam mulheres, 23,3% dos inscritos preferiram não identificar seu gênero, 22,4% se declararam homens e 1,6% declararam-se transgêneros, travestis, gays ou lésbicas.

Olhando a área de formação dos estudantes de nível superior e graduados, 23% dos alunos inscritos nas atividades da Escola declararam pertencer à área de formação de serviço social, 12,3% à área jurídica, 11,1% às áreas de administração, administração pública ou políticas públicas, 8,9% declararam pertencer à área de educação e 7,9% às ciências sociais.

Quanto à principal área de atuação, 29,11% dos inscritos são estudantes, 21,9% são servidores públicos e 18,5% declararam trabalhar no terceiro setor.

CURSOS LIVRES, SEMINÁRIOS E DEBATES



Curso Introdução ao Direito Constitucional

– parceria com o Centro de Estudos Jurídicos (CEJUR) da Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos de São Paulo

26

As atividades da Escola do Parlamento dividem-se em quatro grandes eixos temáticos, que serão vistos em detalhe a seguir. Os eixos Estado, Instituições, Democracia e Participação Social; Estudos da Metrópole; Gestão e Políticas Públicas; e Cultura, Educação e Cidadania contemplam as linhas de atuação da Escola dentro de sua missão institucional.

a) Estado, Instituições, Democracia e Participação Social

O objetivo deste eixo é trazer ao conhecimento dos cidadãos as principais atividades legislativas e os mecanismos de participação social, bem como qualificar o debate sobre instrumentos jurídicos e regulatórios das questões municipais.

O Ciclo de Debates Reforma Política (2015) inaugurou a pauta de discussão pública de assuntos fundamentais para a relação entre o legislativo e a sociedade paulistana e os seus impactos na vida cotidiana dos cidadãos. Os encontros contaram com a participação de grandes expoentes da ciência política, como Fernando Limongi (USP), George Avelino Filho (EAESP/FGV), Jairo Nicolau (UFRJ) e Frederico Almeida (UNICAMP). As reflexões originaram a publicação do Dossiê Reforma Política na Revista Parlamento e Sociedade (2016).

A análise dos processos de disputa e conformação do poder político na esfera pública, considerando as relações entre o Estado e a sociedade civil e o debate sobre capacidade atual do sistema partidário, tanto do ponto de vista teórico, como na realidade brasileira, foram



Ciclo de debates Reforma Política

debatidos nos cursos **Poder, Esfera Pública e Sociedade Civil** (2015) e **Partidos Políticos** (2015). Já o curso **Poder Legislativo e Processo Legislativo** (2015) trouxe à compreensão dos participantes o funcionamento do Poder Legislativo, com ênfase para a Câmara Municipal de São Paulo, tanto no que diz respeito às práticas regimentais e procedimentais que lhes são constitutivas quanto, também, nos aspectos relativos à prática política que o caracteriza.

Grande parte das atividades voltadas à capacitação legal de conceitos básicos sobre a organização do Estado brasileiro, o sistema eleitoral e a função dos Poderes buscaram apresentar aos cidadãos não familiarizados com a linguagem jurídica temas centrais tratados pela Constituição Federal de 1988 e outros

instrumentos legais. Os cursos de **Introdução ao Direito Constitucional** (duas edições em 2016) e **Direitos Fundamentais** (2016), foram realizados por meio da parceria com o Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria Geral do Município de São Paulo.

Já no segundo semestre de 2016 foi realizada a série de encontros **Trocando em miúdos: leitura comentada de documentos públicos** (2016), justamente com o propósito de traduzir, para o público leigo, o conteúdo e os principais trechos de documentos públicos relevantes para o dia a dia do cidadão, bem como o planejamento e a organização de políticas públicas. Ao todo foram realizados quatro encontros para explicitar conceitos e instrumentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.068/1990), Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), Es-



Ciclo de debates Reforma Política

28 tatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) e os Planos Nacionais e paulistano de Segurança Alimentar e Nutricional.

Os cursos de Atualização em Direito Processual Civil – Novo Código de Processo Civil (2015), A Produção Legislativa do Poder Executivo (2016), Desafios do Mundo do Trabalho: a representação de empregados na gestão de empresas (2016), Marco Regulatório das organizações da sociedade civil – Lei nº 13.019/2014 (2016), Previdência Social: reformas e perspectivas (2016) e Estado, Direito do Trabalho e Desenvolvimento Econômico (2016) caracterizaram-se pela capacitação mais aprofundada de conceitos jurídicos aos operadores destes instrumentos. Buscou-se capacitar o público-alvo, composto por gestores, servidores públicos ligados à administração municipal (procuradores e assessores) para o exercício de suas funções no que se relaciona

ao direito público em geral, ao processo de elaboração normativa e posterior interpretação e aplicação de instrumentos jurídicos.

O planejamento estratégico para o ano de 2016 contemplou uma série de atividades de formação básica e intermediária para discussão das principais disposições normativas aplicáveis às eleições para prefeitos e vereadores. Assim, propôs-se aproximar os cidadãos aos conceitos cotidianos da política e à compreensão do funcionamento das instituições eleitorais e políticas, como no curso *Cidadania e Política* (edições em 2015 e 2016) e em *Decifrando as Pesquisas Eleitorais* (2016).

Para além do debate sobre os conceitos de democracia, separação de poderes, governabilidade e representação, difundiram-se conhecimentos mais procedimentais e práticos sobre o direito eleitoral e o processo eleitoral no *Direito Elei-*



toral – Eleições 2016 (2016), bem como sobre os vários aspectos polêmicos das eleições, apresentando de forma prática os diversos conceitos ao público atuante nas eleições municipais de 2016 - Eleições Municipais – Novas Regras (2016) e Participação Social e Política (2016).

A transparência sobre o papel e o funcionamento das instituições brasileiras esteve no centro dos principais processos políticos e eleitorais durante os anos de 2015 e 2016. Como forma de qualificar o debate sobre o tema e ampliar o conhecimento da sociedade civil sobre os principais instrumentos de transparência, participação e mobilização social, foram realizados os encontros Jornada da Democracia Direta (2015), Caminhos da Comunicação Pública: Mídia, Sociedade e Estado (2015), Campanhas Limpas, Transparentes e Participativas (2016),

Abrindo a Câmara Municipal (2016), Participação Política das Mulheres em Espaços de Poder e de Decisão (2016), o seminário Mulher, Políticas e Direitos e a oficina AdentraSP (2016).

Ainda dentro deste eixo temático, o curso Educação Financeira para a Cidadania (2015) abordou a importância do controle e planejamento financeiro para as famílias e para o pleno exercício da cidadania.

O curso de extensão em Direitos Humanos (2016), primeira atividade fruto da parceria entre a Escola do Parlamento e a UNIFESP, abordou a construção de uma cultura de direitos humanos, problematizando as concepções dominantes referentes ao trinômio sujeito-sociedade-mundo e as potencialidades dos processos formativos e das ações coletivas. As reflexões sobre a consolidação de um Esta-



O Ciclo de debates São Paulo 2030 foi uma das atividades do Eixo Temático Estudos da Metrópole.

30 do Democrático de Direito e de respeito, além do empoderamento de minorias sociais foram destaque também nos seminários *Ditadura e Direitos Humanos* (2015), *Desigualdade Racial no Brasil: Desafios e Perspectivas* (2015) e no ciclo de debates sobre *Igualdade de Gênero* (2016).

b) Estudos da Metrópole

O eixo Estudos da Metrópole busca promover o debate sobre questões cotidianas nas grandes cidades, seus conglomerados urbanos, os serviços públicos e soluções sustentáveis.

Esta temática foi abordada com profundidade nas atividades que debateram as reformas de instrumentos urbanísticos da cidade de São Paulo, como no curso de *Política Urbana e Direito Urbanístico* (2015), no ciclo de debates sobre regulação urbana - *Lei de Zoneamento* (2015) e

no *Fórum das Cidades* (2016). Após um processo intenso de discussão e diálogo na Cidade de São Paulo, em 31 de julho de 2014 foi sancionada a Lei Municipal n. 16.050/14, que aprovou a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município.

Posteriormente, o projeto da nova Lei de Zoneamento foi alvo de dezenas de audiências públicas organizadas pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara, com o propósito de coletar demandas da sociedade civil e esclarecer os pontos mais polêmicos. Ainda assim, muitos paulistanos ficaram de fora do debate, quer por não terem os conhecimentos técnicos necessários para acompanhar um debate tão complexo, quer por falta de tempo e oportunidade. Neste sentido, os debates explicitaram conceitos abordados

durante as consultas públicas, possibilitando que os dispositivos previstos nestas Leis se tornem, efetivamente, mecanismos de regulação e promoção do desenvolvimento urbano de São Paulo.

O **Seminário Governança da Água (2015)** e **Gestão de Recursos Naturais e Ambientais: Conceitos e Problemas (2016)** tiveram o propósito de introduzir os participantes em uma discussão ambiental, econômica e social de gestão de recursos naturais e ambientais. A exposição de conceitos baseados em situações reais de gestão, ou de ausência desta, trouxe uma reflexão acerca do papel do Estado e dos cidadãos para a continuidade destes recursos bem como acerca da qualidade de vida a ela relacionadas.

A questão da mobilidade urbana, central para uma megalópole como São Paulo, foi abordada em diferentes oportunidades, como no seminário **Mobilidade Urbana: transportes coletivo e não motorizado (2016)**, trazendo uma reflexão junto a gestores públicos, estudiosos da cidade, sociedade civil organizada e munícipes sobre os desafios e as alternativas de locomoção dentro da metrópole paulistana, e sobre como garantir acesso a transporte público e não motorizado com qualidade, segurança e integração entre diversos modais, tornando a cidade um lugar mais agradável para se viver, democratizando o acesso à cidade e diminuindo o tempo e o custo de locomoção na capital paulista.

O **Ciclo de Debates SP 2030 (2016)** teve como objetivo debater as questões e os desafios da cidade de São Paulo para os próximos 15 anos, dialogando com especialistas e com a sociedade civil a respeito dos caminhos que precisamos trilhar em áreas como: mobilidade urbana, cultura, esporte e lazer, meio ambiente e sustentabilidade, entre outras. O ciclo contou com a participação de gestores públicos, profes-

res e pesquisadores nas temáticas abordadas, além da relevante contribuição de alguns dos vereadores em exercício da 16ª Legislatura (2013-2016), como Police Neto (PSD), Juliana Cardoso (PT), Ricardo Young (Rede) e Antonio Donato (PT).

Os debates abriram caminho para a reflexão do papel da governança metropolitana, consolidados no seminário **Governança Metropolitana (2016)**, com a participação de gestores públicos municipais, estaduais, pesquisadores e atores envolvidos com a prestação de serviços públicos essenciais para a metrópole, tais como saneamento, transporte e resíduos sólidos. Realizado no mês de novembro de 2016, o seminário promoveu uma série de análises em perspectiva comparada sobre distintos aspectos da governança metropolitana, como a coordenação de serviços públicos de competências compartilhadas, os consórcios municipais e as experiências em outros países.

Como forma de conectar os debates locais às grandes agendas abordadas na Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável de 2016, realizou-se o **Seminário Balanço Crítico da Habitat III: as cidades latino-americanas e os desafios da nova agenda urbana (2016)**. A partir do contexto macroeconômico de cada uma das regiões da América Latina, formularam-se considerações sobre os desafios colocados pela Nova Agenda Urbana, aprovada na Habitat III, notadamente sobre as questões atinentes aos novos modelos de financiamento propostos pelo documento. O evento contou com o acompanhamento de pontos focais na Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Haiti, México, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

A discussão sobre os aspectos humanos e sobre os mecanismos que visam garantir o acesso ple-



Ciclo de debates São Paulo 2030 – mesa sobre sustentabilidade

32 no de direitos aos migrantes foi objeto do curso **São Paulo de Todos os Imigrantes** (2015 e 2016) realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e com o Museu da Imigração do Estado de São Paulo, com foco na integração social e cultural proporcionada pelo intercâmbio de experiências e vivências das diferentes comunidades no espaço público. Foram abordados temas transversais à migração contemporânea, como fluxos migratórios e debates sobre fronteiras legais com ênfase na integração social e cultural.

No ano de 2015 também foram celebrados os **120 Anos do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação Brasil-Japão** (2015). Diversos eventos em torno desse tema foram organizados na cidade, com sessão solene na Câmara Municipal de São Paulo. Dando continuidade às comemo-

rações dessa data tão importante, a Escola do Parlamento organizou um seminário para refletir sobre a trajetória da imigração japonesa em São Paulo e como, após mais de um século no Brasil, é possível ver seus reflexos na cultura e no cotidiano da nossa cidade.

A proposta do projeto **Repórter do Futuro: Descobrir São Paulo, Descobrir-se Repórter** (2015 e 2016) é aproximar estudantes de jornalismo das grandes questões que desafiam o crescimento de uma cidade como São Paulo, vistas sob a ótica dos gestores públicos ligados aos Poderes Executivo e Legislativo, dos estudiosos e demais especialistas, mas também vivenciadas nas visitas aos bairros – momento em que os jovens são estimulados a traduzir a complexidade da cidade e o cotidiano do seu povo em entrevistas e reportagens de campo. Durante o



Debate sobre resíduos sólidos

projeto, os alunos puderam conhecer a fundo as atividades de comunicação e imprensa realizadas diariamente, além de se familiarizar com o processo legislativo municipal.

c) Gestão e Políticas Públicas

As atividades realizadas no eixo temático Gestão e Políticas Públicas tiveram como objetivo principal incentivar a compreensão do ciclo da política pública, passando por sua formulação e implementação até a avaliação de resultados.

Dividem-se em cursos e seminários de discussão e abordagem metodológica do ciclo de políticas públicas, e sua contextualização à realidade brasileira em suas diferentes fases (agenda, formulação, implementação e avaliação) além

daqueles voltados a determinado setor ou área de política pública específica.

Em relação às primeiras atividades, destacam-se o curso **Políticas Públicas: da Agenda à Avaliação** (2015 e 2016), que desenvolveu o conhecimento de conceitos básicos sobre o modelo de ciclo de políticas públicas e de suas diversas fases, reflexões críticas sobre o contexto atual brasileiro à luz dos modelos analíticos relativos às fases do ciclo de políticas, considerando temas como: democracia, políticas sociais e transparência.

O curso **Conceitos e Diretrizes para a elaboração do Orçamento Público** foi organizado exclusivamente para a Secretaria Municipal de Educação com o objetivo de auxiliar os técnicos que trabalham nas Diretorias Regionais de Ensino e



Curso sobre a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua

CCJ/CMSF

34

nas assessorias vinculadas diretamente ao secretário na montagem da lei orçamentária de 2016. O curso visava a compreensão dos ciclos do orçamento público, as fontes de arrecadação, e a importância do planejamento para a melhor efetivação das políticas públicas.

Os cursos **Federalismo e Políticas Públicas (2016)** e **Judicialização das Políticas Públicas no Brasil (2016)** buscaram entender como a forma de organização federativa do Estado Brasileiro impacta na elaboração, na implementação e no financiamento das políticas públicas, e como a organização e a atuação do sistema de justiça brasileiro e dos processos de judicialização afetam a provisão de serviços públicos, com foco nas políticas de saúde, educação, política urbana e de saneamento.

Já o ciclo de debates **Financiamento e políticas públicas (2016)**, voltado à capacitação dos consultores legislativos da Câmara Municipal de São Paulo, propôs-se a discutir e compreender o sistema de financiamento e a gestão de políticas públicas, fundamental para aqueles que trabalham na elaboração legislativa e refletem constantemente sobre a implementação das políticas públicas. Os seminários **Quintas Consultivas**, promovidos em conjunto com a Consultoria Técnico-Legislativa da Câmara Municipal, apresentam o trabalho técnico das consultorias e as ferramentas úteis para os envolvidos no processo de elaboração legislativa. É o caso do Geosampa, ferramenta desenvolvida pela Prefeitura do Município de São Paulo e que permite a realização da pesquisa de dados,

mapas e imagens, útil a consultores e assessores parlamentares.

O curso **Desigualdades Sociais** (2015), também voltado à capacitação de gestores ligados, direta ou indiretamente, ao desenvolvimento de processos legislativos e de regulamentações de leis, desenvolveu a compreensão sobre as causas e consequências da adoção de determinadas políticas urbanas no município de São Paulo.

Dentro do segundo grupo de atividades incluem-se todas aquelas que tratam de políticas públicas setoriais. Destacam-se aqui cursos voltados à capacitação de atores que atuam na área da assistência social, como é o caso dos cursos **Direito à Convivência Familiar e Comunitária** (2015), **Direitos das Pessoas com Deficiência** (2016), **Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a Década Internacional de Afrodescendentes** (2016) e os módulos de formação em **Políticas de Atenção à População em Situação de Rua** (2015 e 2016).

Em parceria com a Defensoria Pública Estadual, foi organizado o Ciclo de Debates sobre **Saúde Mental** (2016), no qual se debateram temas como violência e encarceramento, uso de drogas nos tratamentos, descriminalização do uso de drogas, e a experiência do programa *De Braços Abertos*.

Nos últimos tempos, os olhares têm se voltado cada vez mais àqueles que fazem da rua o espaço de sobrevivência. A existência de condições tão aviltantes aos direitos humanos nos requisita a entender e construir políticas públicas a essa manifestação do pauperismo e da desigualdade social. Neste sentido, os cursos voltados ao debate sobre a **Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua** (2015 e 2016) e aspectos correlatos vem orientar a construção e execução de políticas públicas na contramão dos estigmas, violências

e violações de direitos a que são submetidas essa população, buscando reunir esforços para contribuir na reconstrução dos projetos de vida mais dignos. Há uma crescente preocupação dos formuladores das políticas públicas em desenvolver ações voltadas à população que faz da rua sua moradia, e daí advém a proposta desses cursos, possibilitando reflexões, análises e estratégias de ação frente a essa questão tão complexa.

Os cursos sobre políticas de cultura discutiram a importância da atuação do Estado na área, apresentando e historicizando as principais diretrizes de política cultural no mundo, bem como a evolução deste tema no Brasil. É o caso do curso **A Leitura como Política Pública e Direito de Cidadania** (2015) e das oficinas **Políticas Públicas de Cultura** (2016), que analisaram o Plano Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Cultura, como principais marcos institucionais de atuação do Estado no contexto atual. Neste sentido, destacam-se as atividades realizadas em parceria com o Centro de Pesquisa e Formação do SESC São Paulo (CPF/SESCSP), especificamente **Leis de Fomento à Cultura em São Paulo e o Plano Municipal de Cultura** (2016).

As atividades realizadas em parceria com o CPF/SESCSP caracterizam-se por debater como o direito do acesso à cultura é central a tais políticas. Esta modalidade de direito civil, ainda difusa e fracamente percebida pela sociedade brasileira, prevê o direito ao acesso não apenas à produção e fruição de bens culturais, mas também o direito à participação nas decisões da política cultural, tendo como premissa o cidadão como sujeito ativo do processo socio-cultural. Daí a relevância dessa discussão para processos de formação em gestão cultural.



Curso Gestão de Equipes: desenvolvimento de competências conversacionais

36 Por sua vez, o curso **Gestão e Qualidade das Políticas Educacionais no Brasil (2016)** ofereceu aos participantes um conjunto de subsídios para a análise dos principais compromissos governamentais estabelecidos no Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), e para uma compreensão sobre as relações entre as metas do Plano, os programas e as políticas públicas propostas e implementadas pelos governos subnacionais, bem como debater de forma qualificada os desafios e as perspectivas para o cumprimento das metas estabelecidas.

O curso **Gestão da Informação Pública: do impresso ao digital (2016)**, destinado aos profissionais do direito, de biblioteconomia e arquivo e de tecnologia da informação, buscou disseminar uma ampla visão da gestão de documentos

e da segurança da informação, indicando boas práticas, métodos e técnicas arquivísticas para a eficiente prática documental, para a preservação digital e para o processo administrativo e legislativo. Por fim, o curso **Gestão de equipes: desenvolvimento de competências conversacionais (2016)** capacitou os servidores da Câmara Municipal, especialmente aqueles que ocupam postos de supervisor, para a coordenação de ações na gestão de interesse público, por meio do estabelecimento de conversas construtivas. Assim, buscou-se atender às seguintes metas: qualificar os servidores com novos conceitos relacionados a competências conversacionais em equipe; disponibilizar instrumentos para aperfeiçoar a performance das equipes de



trabalho e contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional dos participantes.

d) Cultura, Educação e Cidadania

O quarto eixo temático das atividades da Escola do Parlamento objetiva discutir as práticas de participação social, nas quais as produções simbólicas e culturais são partes indissociáveis da própria atuação cidadã.

As atividades realizadas em parceria com a Secretaria Municipal de Educação destinaram-se à formação e à capacitação dos integrantes do Conselho de Representantes de Conselhos de Escolas (CRECE) (2016), especificamente para identificar e refletir sobre os processos de educação que promovem o exercício da cidadania ativa, compreender a importância da participa-

ção da comunidade escolar na gestão da escola e refletir sobre a importância dos exercícios de participação no espaço escolar como oportunidades de formação do cidadão participativo.

Ainda no escopo da parceria com a Secretaria Municipal de Educação foram realizados os cursos *Jovem e Política*, uma atividade preparatória e auxiliar do Parlamento Jovem, programa brilhantemente desenvolvido pelo setor de eventos da Câmara Municipal de São Paulo e o Conselho Municipal de Educação, com palestras que abordaram temas vinculados às Relações Étnico-raciais.

Já o curso *Educação e Cidadania* (2015 e 2016) insere-se no Programa de capacitação de agentes políticos e comunitários e de formação para cidadania, oferecido às Diretorias Regionais de



Memória Institucional e Legislativo: recursos e possibilidades

38 Ensino (DRE) do Ipiranga, Santo Amaro, Itaquera e Penha, com o objetivo de compreender a importância do espaço escolar como local de formação do cidadão participativo e a relevância do papel dos educadores na promoção do exercício democrático de participação.

Ainda dentro das atividades relacionadas à cultura, educação e cidadania, os módulos do curso de **Comunicação Livre (2015)** e **Memória Institucional e Legislativo: recursos e possibilidades (2016)**, partiram do diagnóstico de que, no novo cenário comunicacional, a formação em novas tecnologias se tornou essencial para os que têm interesse em atuar como produtores de informação. Já o Centro de Memória da Câmara Municipal de São Paulo apresentou o projeto de

disponibilização online dos arquivos históricos do acervo da maior Casa Legislativa do Brasil.

O seminário **A Relação Criança-Cidade: uma via de mão dupla (2015)** colocou luz sobre o fato de que as crianças, como os adultos, são uma categoria de usuários da cidade, que têm necessidades, opiniões e contribuições valiosas a serem ouvidas e consideradas. Trazer a perspectiva da criança e de novos insumos para pensar a cidade, seu planejamento e a intencionalidade de ações que possam contribuir à formação de seus cidadãos desde cedo. O debate **Betinho 80 Anos – Seu Legado e as novas fomes do Brasil (2015)** celebrou os 80 anos que Herbert de Souza completaria em 2015, exibindo o documentário “Betinho – A Esperança Equilibrada” e refletindo sobre as mudanças



sociais ocorridas no Brasil nas últimas décadas e a luta por direitos ainda em curso no país. Por fim, a Mostra de Cinema **São Paulo Cidade Aberta** (2016) buscou problematizar questões urbanas, tais como a condição das pessoas em situação de rua, a imigração, as ocupações ilegais, o sistema prisional, o desenvolvimento urbano, e seu impacto na política, tudo através do cinema e de debates que se seguiram à exibição dos filmes.

PÓS-GRADUAÇÃO



Formatura em 2015 do curso de pós-graduação Legislativo e Democracia no Brasil

LEGISLATIVO E DEMOCRACIA NO BRASIL

O curso de pós-graduação *lato sensu* Legislativo e Democracia no Brasil é realizado pela Escola do Parlamento e mantido pela Câmara Municipal. Corresponde ao nível de especialização e destina-se a alunos graduados em curso superior reconhecido dentro da área de concentração sociedade e política.

Trata-se de um curso gratuito voltado a servidores públicos e a outros interessados na temática das relações entre Poder Legislativo e democracia no Brasil, assim como das relações entre sociedade civil e Estado brasileiro.

No Ato CMSP nº 1.227/2013 a Mesa Diretora autorizou a inclusão do Programa de Pós-Graduação em nível de Especialização no escopo das atividades da Escola do Parlamento. Tal

Ato teve o propósito de atender às demandas internas e externas de alunos que buscavam compreender novas possibilidades de aperfeiçoamento institucional em torno da integração do legislativo e da sociedade civil. Assim sendo, visa responder a dois objetivos: *a)* o aperfeiçoamento institucional, mediante a formação de servidores dos quadros próprios das instituições públicas; *b)* e o aperfeiçoamento de lideranças da sociedade civil, propiciando melhor compreensão acerca do Poder Legislativo.

O credenciamento do Curso foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação em dezembro de 2015, com validade por 5 anos. A carga horária presencial é de 360 horas distribuídas em sete disciplinas semestrais, sendo cinco disciplinas com 60 horas, uma disciplina com 40

horas, voltada especificamente à capacitação para a docência e metodologia da pesquisa (Didática do Ensino Superior e Metodologia da Pesquisa Científica) e uma com 20 horas, destinada à produção do trabalho de conclusão de curso, necessário à certificação.

O curso de um ano e meio é dividido em três semestres letivos, com 15 (quinze) semanas cada um, sendo que as aulas ocorrem em dois dias da semana e têm duração de quatro horas. O quadro abaixo resume a organização curricular:

Quadro resumo da organização curricular		
Grade Curricular	Carga horária em horas-aula	Período letivo
Teoria Política	60	1º semestre
Relações entre Sociedade Civil e Estado: a experiência democrática no Brasil	60	1º semestre
Poder Legislativo: natureza institucional, arquitetura organizacional e processo legislativo	60	2º semestre
Gestão e Administração Pública no Brasil: fundamentos, conceitos e princípios	60	2º semestre
Poder Local, Terceiro Setor e Participação Popular	60	3º semestre
Didática do Ensino Superior e Metodologia da Pesquisa Científica	40	3º semestre
Orientação de monografia	20	3º semestre

No ano de 2016 foi aberto o processo seletivo para inscrição e matrícula da 3ª Turma, a ser composta por 40 candidatos, dentre os quais 24 servidores públicos. O processo seletivo contou com 180 candidatos. Os selecionados iniciarão suas aulas em março de 2017.

O Curso de Pós-Graduação **Legislativo e Democracia no Brasil** oferece ao aluno informações relativas aos fundamentos institucionais e às origens históricas dos conceitos, das práticas e dos mecanismos de legitimação do Legislativo, habilitando o aluno à identificação, à análise, à interpretação e ao estabelecimento de relações entre conhecimentos adquiridos e as práticas adotadas pelo Legislativo contemporâneo, bem como capacitando-o à elaboração de propostas para o aperfeiçoamento de tais práticas.

LEGISLATIVO, CONTROLE EXTERNO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

O curso de aperfeiçoamento **Legislativo, Controle Externo e Políticas Públicas no Brasil** (2016), é uma correalização entre a Escola Superior de Gestão e Contas Públicas, do TCM, e a Escola do Parlamento. Trata-se de curso gratuito oferecido a servidores públicos e/ou cidadãos em geral, que comprovem a conclusão de curso superior em instituição reconhecida, nos termos da legislação nacional vigente.

No âmbito da parceria estabelecida, compete à Escola de Contas:

1. operacionalizar o processo seletivo para as turmas de aperfeiçoamento, bem como proceder às matrículas dos alunos;
2. gerenciar a operacionalização do curso, através do sistema administrativo da Escola;
3. garantir a infraestrutura física para a realização das turmas;



4. expedir, de forma conjunta com a Escola do Parlamento, os certificados de conclusão de curso.

Por outro lado, compete à Escola do Parlamento:

1. realizar, sempre que necessário, indicação de docentes para o curso através de processo de credenciamento;
2. acompanhar a execução, através da coordenação do curso de pós-graduação.

Distribuído em seis disciplinas de 30 horas-aula cada, o Curso de Aperfeiçoamento Legislativo, Controle Externo e Políticas Públicas no Brasil tem por objetivo oferecer aos cursistas um conjunto de ferramentas teórico-metodológicas para:

- a identificação e a compreensão dos traços fundamentais da estrutura e do funcionamento do Estado brasileiro como condicionantes da formulação e da implementação das políticas públicas;
- a compreensão dos processos de agendamento, formulação, desenho, implementação, controle e avaliação das políticas públicas;
- identificação da missão e lugar do Poder Legislativo no processo de produção, acompanhamento e fiscalização de execução das políticas públicas; identificação da missão e lugar dos órgãos de controle externo no processo de acompanhamento, fiscalização e auditoria técnica da execução das políticas públicas;
- a realização de processos de planejamento estratégico na administração pública.

Quadro resumo da organização curricular		
Grade Curricular	Carga horária em h/a	Período letivo
Políticas Públicas: Conceitos Fundamentais	30	1º semestre
Poder Legislativo e Políticas Públicas: da Agenda à Avaliação	30	1º semestre
Financiamento e Orçamento das Políticas Públicas	30	2º semestre
Controle Externo e Políticas Públicas no Brasil	30	2º semestre
Estado, Democracia e Controle Social das Políticas Públicas	30	3º semestre
Seminários Temáticos: O Parlamento Paulistano, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo e as Políticas Públicas na Cidade	30	3º semestre

PESQUISA E PUBLICAÇÕES



44 a) Revista Parlamento e Sociedade

A Escola do Parlamento edita semestralmente a Revista Parlamento e Sociedade, publicação que tem por objetivo promover discussões e reflexões sobre aspectos da vida social e política, com foco no Poder Legislativo, na vida brasileira e na sua interface com as políticas públicas. Nos dois volumes editados em 2015 a Revista apresentou o dossiê especial sobre Reforma Política, resultado do Ciclo de Debates Reforma Política (2015), uma série de treze encontros realizados no primeiro semestre de 2015 na Câmara Municipal de São Paulo. Neste dossiê foram abordados temas como financiamento de campanha, desenho do sistema eleitoral, a representação feminina e de minorias raciais. O primeiro volume de 2016 contém o Dossiê Educação e Cidadania, originário de curso ho-

mônimo realizado pela Escola do Parlamento em parceria com a Secretaria Municipal de Educação do Município de São Paulo nas treze Diretorias Regionais de Ensino em 2014 e 2015. Já o segundo volume de 2016 apresenta o Dossiê Financiamento de Políticas Públicas, resultado de uma série de cinco encontros promovido em parceria da Escola do Parlamento com a Consultoria da Área Social da CMSP (SGP.52), oportunidade na qual se debateu não só a composição do orçamento público e as transferências constitucionais como os gargalos e desafios do financiamento das principais políticas sociais nas áreas de educação, saúde, assistência social e cultura.



b) Cadernos de Jornalismo do Projeto Repórter do Futuro (2016)

Os Cadernos de Jornalismo são o resultado da parceria entre a Câmara Municipal de São Paulo e a OBORÉ, que assumiram compromisso comum de promover o curso **Descobrir São Paulo – Descobrir-se Repórter**, módulo temático do Projeto Repórter do Futuro para aproximar estudantes de Jornalismo das grandes questões que ainda desafiam o crescimento de uma cidade como São Paulo.

Os melhores textos redigidos pelos estudantes do curso fazem parte dos Cadernos de Jornalismo do Projeto Repórter do Futuro, cujo lançamento foi realizado na Câmara Municipal de São Paulo em 2016.

c) Políticas Públicas de Cultura (2016)

Entre os meses de agosto e setembro de 2015 a Escola realizou o curso **Políticas Públicas de Cultura**, coordenado por Maria Carolina Vasconcelos Oliveira e concebido/ministrado em parceria com Ana Paula do Val, Danilo Júnior de Oliveira, Luana Vilutis e Valmir de Souza, todos pesquisadores e realizadores do campo da cultura.

A proposta do curso foi apresentar, em seis aulas, uma introdução sobre o tema das políticas públicas destinadas à cultura, com enfoque nas principais questões que permeiam esta área, no cenário brasileiro em sentido amplo ou paulistano. A ideia é a de que cada capítulo ofereça um panorama geral e introdutório, apontando as principais questões, trazendo algumas das



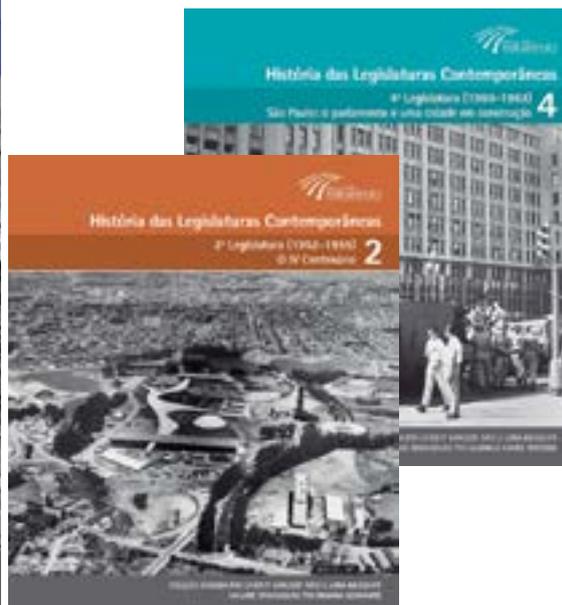
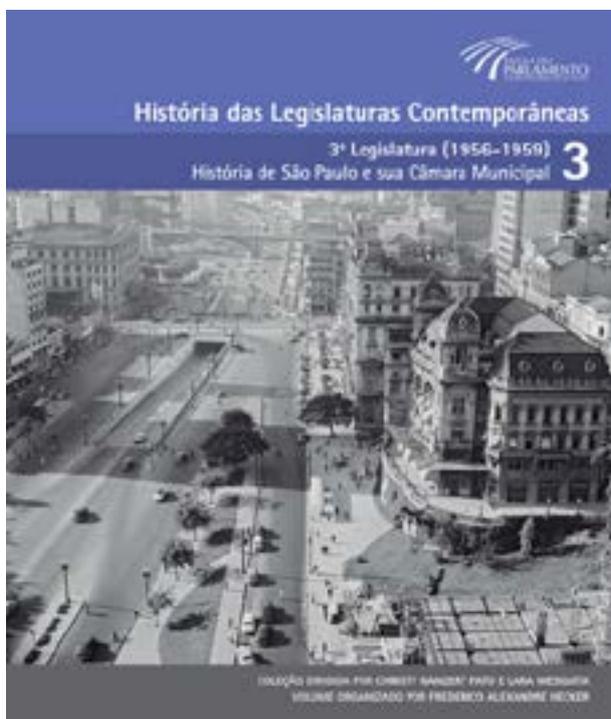
46 principais referências bibliográficas e, sempre que possível, exemplificando com políticas, programas ou ações relacionadas a cada assunto.

d) História das Legislaturas

Esta série tem por objetivo resgatar a história da Câmara Municipal, seus principais personagens, os debates mais importantes travados nas legislaturas e a produção legislativa que impactou no desenvolvimento da cidade, além de apresentar aos cidadãos um pouco da história da Câmara Municipal e da cidade de São Paulo, mostrando como as grandes questões correspondentes ao momento histórico de cada uma das legislaturas refletiram nos debates em plenário e nos projetos de lei apresentados no

período. A principal fonte utilizada nessa série são os anais e os documentos históricos do acervo da edilidade. Esses documentos estão digitalizados e disponíveis para pesquisa de todos os interessados em estudar e conhecer um pouco mais sobre o parlamento paulistano.

O acervo total da Câmara possui cerca de 250 mil processos, com destaque para os processos administrativos e legislativos. Em sua grande maioria já estão digitalizados, como todos os projetos de lei a partir de 1948, com cerca de 4000 processos já disponíveis no site da Câmara Municipal de São Paulo, além de documentos históricos produzidos entre 1895 e 1937 – cerca de 8000 documentos também disponíveis eletronicamente. No ano de 2016 foram editados 3 volumes desta coleção, correspondentes à se-



gunda (1952-1955), à terceira (1956-1959) e à quarta legislatura (1960-1963).

e) Acervo artístico CMSP

O Centro de Memória da Câmara Municipal de São Paulo, em parceria com a Escola, organizou uma publicação para apresentar o acervo das obras de arte expostas na Casa. A proposta é convidar o público a refletir sobre o papel da instituição ao longo do tempo, e sobre os diversos personagens e agentes sociais que dela fizeram parte.

A Câmara Municipal teve origem em 1560, pouco tempo após o início do processo de colonização portuguesa. A instituição acompanhou e participou de todas as fases da história da vila e da cidade. Os registros produzidos constituem fonte privilegiada para o entendimento do passado institucional e da cidade.

Por seu papel na gestão da cidade, a Câmara se tornou ao longo do tempo patrocinadora das artes. Documentos sinalizam para essa função, sobretudo nas primeiras décadas do século XX, quando São Paulo passava pelo turbilhão de

transformações que era resultado da proeminência da economia cafeeira.

Com o crescimento da cidade, intelectuais e setores da elite, muitos dos quais participavam das atividades da Câmara, procuraram construir a imagem de uma metrópole moderna, e fizeram a leitura de suas fontes históricas a partir da premissa de que São Paulo estava destinada, desde os primórdios, ao progresso.

O Palácio Anchieta, sede da Câmara, possui exemplares dessa arte memorialística, de exaltação do passado paulistano e de figuras importantes da administração pública. Registrar a memória por meio de obras de arte é uma decisão também pedagógica: ensinar os cidadãos sobre seus deveres cívicos, mesmo que se projetem sobre o passado os valores e práticas do mundo atual.

IV. COMUNICAÇÃO



48 Website

Em junho de 2015 foi lançada a nova página eletrônica da Escola do Parlamento (www.camara.sp.gov.br/escoladoparlamento), página que contém informações gerais sobre a Escola, cursos em andamento e em planejamento, registro de todos os cursos e materiais realizados desde o início da Escola, informações sobre o curso de pós-graduação e publicações produzidas pela escola.

Mídias Sociais

A gestão 2015/2016 tomou posse em março de 2015 e suas atividades foram divulgadas por meio de uma nova estratégia de mídias sociais.

Com foco no Facebook e apoio do Twitter, a estratégia foi baseada, principalmente, na divulgação dos cursos e demais atividades da Escola, que rapidamente se destacaram como as notícias que geram maior interação com os fãs.

Foram criados um novo canal da Escola do Parlamento no YouTube e um perfil no Flickr, ambos para servirem de repositório de mídia (fotos e vídeos) para o site.

As métricas a seguir foram obtidas dos dados exportados do Facebook e da ferramenta Twitter Analytics. Os números do Facebook refletem a soma diária das medições do período. Por exemplo, no primeiro semestre de 2015, 11.576 pessoas se envolveram com o conteúdo publicado. Esse valor reflete a quantidade de pessoas únicas engajadas por dia, somadas dia a dia no semestre.

Cabe ressaltar que a utilização das mídias sociais para a estratégia de comunicação da Escola do Parlamento é feita apenas de forma gratuita (ambas as ferramentas permitem publicações pagas). Apesar de permitir que instituições como a nossa mantenham páginas gratuitamente, essas mídias favorecem organizações anunciantes, o que vem, cada vez mais, limitando o alcance aos nossos seguidores.



Facebook

Glossário das Métricas:

- **Envolvimento:** número de usuários únicos que interagiram com o conteúdo da página por dia, somados no período.
- **Alcance:** número de usuários únicos que receberam publicações da página por dia, somados no período.
- **Pessoas falando de nós:** número de usuários únicos que compartilharam conteúdo, fizeram check-in na Escola do Parlamento, comentaram ou reagiram a uma publicação da página em um dia, somados dentro do período.

1º semestre/ 2015 – março a junho (122 dias)

Durante o primeiro semestre da gestão 2015/2016, a estratégia utilizada foi a de apresentar os novos diretores por meio de postagens com participações em eventos e o foco principal foi o Ciclo de Debates Reforma Política. As postagens tiveram início em março de 2015.

1º sem/2015 mar-jun	
Total de likes no último dia do semestre	3295
Novas curtidas	853
Descurtidas	55
Pessoas envolvidas (usuários únicos)	11576
Pessoas alcançadas	145423
Pessoas falando de nós	5821

Os posts de maior alcance em número de usuários únicos foram:

- Divulgação do curso de Políticas Públicas para População em Situação de Rua (58.599);
- Reabertura de inscrições para o curso de Políticas Públicas (9.032);
- Abertura de inscrições para a pós-graduação (7.080);
- Divulgação do curso de Educação Financeira para a Cidadania (3.958);
- Lançamento do novo site da Escola do Parlamento (3.423).

2º semestre/ 2015 – julho a dezembro (184 dias)

No segundo semestre de 2015 o saldo de novos fãs foi quase o dobro do período anterior. A divulgação de cursos de alta procura como: Políticas Públicas de Cultura, Ditadura e Direitos Humanos e Desigualdades Sociais atingiram entre 12 mil e 30 mil pessoas e os compartilhamentos atraíram novos fãs. A média de alcance dos posts também cresceu.

2º sem/2015 jul-dez	
Total de likes no último dia do semestre	4740
Novas curtidas	1594
Descurtidas	137
Pessoas envolvidas (usuários únicos)	19272
Pessoas alcançadas	260110
Pessoas falando de nós	9892

Os posts de maior alcance em número de usuários únicos foram:

- Anúncio sobre o curso de Políticas Públicas de Cultura (29.078);
- Abertura de inscrições para o curso Ditadura e Direitos Humanos (15.719);
- Divulgação do curso Desigualdades Sociais (14.841);
- Abertura de inscrições do curso A Leitura como Política Pública e Direito de Cidadania (12.325);
- Lembrete sobre o curso Igualdade de Gênero (8.694).

1º semestre/ 2016 – janeiro a junho (180 dias)

Destaque para a divulgação dos cursos: Participação Política das Mulheres em Espaços de Poder e de Decisão, Introdução ao Direito Constitucional, Federalismo e Políticas Públicas e a divulgação do Ciclo de Debates SP2030.

Os posts de maior alcance em número de usuários únicos foram:

- Divulgação do seminário Eleição Direta para Subprefeito (10.964);
- Abertura de inscrições para o seminário Participação Política das Mulheres em Espaços de Poder e de Decisão (9.755);
- Curso de Direito Constitucional (7.612);
- Curso Direitos Fundamentais (7.336);

- Seminário Mobilidade Urbana: Transportes coletivo e não motorizado (7.220).

1º sem/2016 jan-jun	
Total de likes no último dia do semestre	6223
Novas curtidas	1665
Descurtidas	177
Pessoas envolvidas (usuários únicos)	10997
Pessoas alcançadas	214861
Pessoas falando de nós	5947

2º semestre/ 2016 – julho a 20 de dezembro (173 dias)

Para a conclusão deste relatório, o período medido no segundo semestre de 2016 foi de julho a 20 de dezembro de 2016, totalizando 173 dias.

Proporcionalmente, nota-se o crescimento no número de pessoas alcançadas pela página. Os demais números não acompanham a tendência de crescimento, em comparação com o segundo semestre de 2015, o que pode indicar menor interesse pelos posts, ou simplesmente alguma mudança no próprio sistema do facebook, tanto na disponibilização das visualizações para os usuários, quanto na contagem, uma vez que tais políticas não são abertas aos administradores de páginas.

2º sem/2016 jul-20 dez	
Total de likes no último dia do semestre	7892
Novas curtidas	1853
Descurtidas	199
Pessoas envolvidas (usuários únicos)	17482
Pessoas alcançadas	365650
Pessoas falando de nós	8676

Os posts de maior alcance em número de usuários únicos foram:

- Abertura de inscrições para o seminário Fundamentos da Política e dos Direitos da População em Situação de Rua (20.826);
- Lembrete sobre o seminário Fundamentos da Política e dos Direitos da População em Situação de Rua (14.128);
- Anúncio sobre a próxima turma do curso de pós-graduação Legislativo e Democracia no Brasil (13.288);
- Teaser sobre a nova turma do curso de pós-graduação (7.254);
- Abertura de inscrições para o curso Judicialização das Políticas Públicas no Brasil (6.335).

Os posts que tendem a receber maior número de compartilhamentos e, conseqüentemente, geram o maior número de impressões são aqueles que contêm algum conteúdo relacionado aos eventos da Escola e os convites para eventos (com imagens de cartazes).

Twitter

A estratégia de divulgação dos eventos também foi predominante nessa rede social.

A ferramenta gratuita de métricas do Twitter fornece menos informações que as do Facebook, permitindo apenas observar o somatório das medições do mês e não extrair dados diários. Isso dificulta compreender os erros e acertos da estratégia de comunicação, mas já permite notar as diferenças entre os públicos dessas redes sociais.

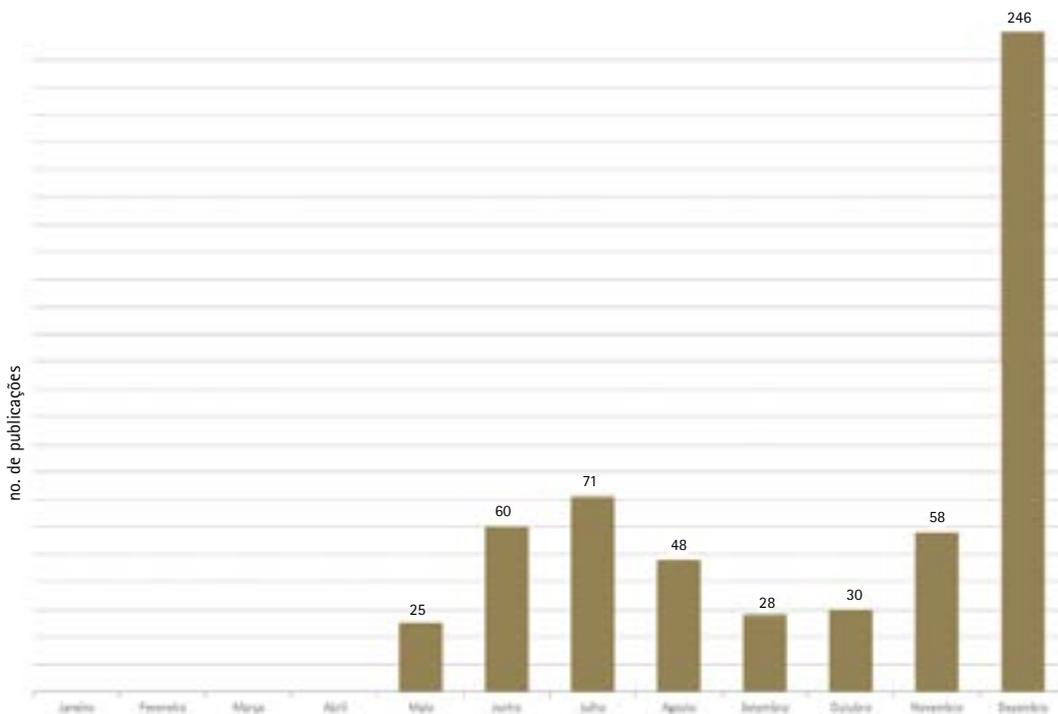
O baixo número de seguidores (178 em 20/12/16) em contraste com os quase 8 mil do Facebook refletem não só a impopularidade da ferramenta no país, mas um perfil de relacionamento de baixo apelo para os usuários, que preferem interagir diretamente com a Escola por telefone, email ou mesmo pela página do Facebook.



Glossário das Métricas:

- **Menções:** o sinal @ seguido diretamente pelo nome de usuário é chamado de “menção”. As menções também se referem aos Tweets em que seu nome de usuário foi incluído.
- **Impressões:** o número de usuários que veem determinado conteúdo publicado.

1º sem/2015 mar-jun	
Novos seguidores	27
Visitas ao Perfil	780
Menções	97
Impressões	3853
2º sem/2015 jul-dez	
Novos seguidores	38
Visitas ao Perfil	550
Menções	59
Impressões	5023
1º sem/2016 jan-jun	
Novos seguidores	76
Visitas ao Perfil	1002
Menções	58
Impressões	10795
2º sem/2016 jul-20 dez	
Novos seguidores	46
Visitas ao Perfil	403
Menções	37
Impressões	7058



Volume de menções por mês em 2016 referentes à Escola do Parlamento

Dados: Todoouvidos, Boxnet e Maxpressnet

Curso Igualdade de Gênero

52 Cobertura da TV Câmara São Paulo

Em 2015, a Escola do Parlamento foi parte da grade de programação da TV Câmara em 37 reportagens e 15 entrevistas nas duas edições diárias do Jornal da Câmara. Também foram gravados oito vídeo-aulas e um programa de longa duração.

Em 2016, foram 29 reportagens, três entrevistas para o Jornal da Câmara e 22 programas de longa duração gravados, entre eles a cobertura completa do ciclo de debates SP2030 (dados de ago/2016).



V. ESTRUTURA DA ESCOLA



CCJ/CMSF

54

Além da promoção das atividades já apresentadas, a gestão 2015/2016 foi responsável por promover mudanças administrativas, organizacionais e normativas relacionadas às atividades promovidas pela Escola do Parlamento.

Dentre as mudanças administrativas e organizacionais relevantes, destaca-se a aprovação e publicação da “Política de controle de inscrição, frequência e certificação para cursos livres da Escola do Parlamento”. A medida promoveu maior transparência no fluxo de inscrições e no direito à certificação. As inscrições de novos cursos são abertas sempre às terças-feiras, a partir das 15h, e encerradas ao término das vagas disponíveis, quando a relação de convocados é publicada. O controle de frequência dos cursos livres da Escola do Parlamento é feito

por meio de lista padronizada, gerada automaticamente a partir do relatório de inscrições realizadas com sucesso na plataforma on-line. Uma vez inscrito, faz jus à certificação das atividades realizadas o aluno que comprovar a participação, com aproveitamento em pelo menos 75% das aulas.

Outra medida adotada é a distribuição de um questionário de avaliação de cada curso ao aluno que concluiu a atividade. A avaliação tem por objetivo a coleta de informações, sugestões e opiniões dos participantes, visando ao contínuo aperfeiçoamento das atividades oferecidas. Para tanto, traz à opinião do aluno questões sobre:



Reunião de preparação do curso Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a Década Internacional de Afrodescendentes

- a atividade (cumprimento do programa e qualidade dos recursos audiovisuais);
- o(s) professor(es) (domínio do conteúdo, abordagem, objetividade, esclarecimento de dúvidas e cumprimento de horários);
- o espaço físico e a organização;
- forma de conhecimento do curso;
- indicação e/ou recomendação de uma nova edição da atividade;
- sugestão de novos temas para as atividades;
- indicação da aplicação prática do conteúdo adquirido, e
- comentários, críticas e sugestões em relação aos professores ou à disciplina.

Na página eletrônica também ocorreram sucessivos ajustes de layout e seu conteúdo vem sendo atualizado regularmente, medida para tornar a programação de novos cursos e o con-

teúdo daqueles já realizados mais acessíveis ao público.

Além disso, para assegurar o acesso à informação pública, há uma página específica de **Transparência**, com informações sobre credenciamento docente, demonstrativo mensal de gastos e parcerias. Na página ainda está disponível o Edital nº 01/2016, com as regras para o credenciamento docente no Cadastro Permanente, e a lista dos professores já credenciados, que é atualizada mensalmente. Também é possível obter a relação de convênios e termos de cooperação técnica firmados pela Escola do Parlamento, prazo de vigência, ônus financeiro (se houver), e a íntegra digitalizada do instrumento firmado entre as instituições.

Atendendo ao propósito de adequar os atos normativos pertinentes às necessidades da Escola, foram elaboradas propostas de revisão da Lei nº



FRANCINE SAKATA

Reunião de equipe da Escola do Parlamento

56 15.506 de 13 de dezembro de 2011, assim como dos Atos CMSP nº 1.186 de 2012 (Regimento Interno da Escola do Parlamento) e nº 1.184 de 2012 (regulamenta a contratação de docentes), que foi atualizado em 14 de dezembro de 2016 e passou a vigorar como Ato CMSP nº 1.350.

As principais medidas de revisão consistem em compatibilizar os atos normativos com o disposto na Lei nº 15.506/2011; reestruturar os recursos humanos previstos em Lei, tornando-os compatíveis com a demanda administrativa diária; estabelecer direitos e deveres aos alunos e professores que participem das atividades da Escola; e transparência no procedimento de credenciamento e contratação de docentes.

Por fim, destacam-se algumas mudanças relevantes ocorridas na gestão administrativa da Escola, com especial destaque para a estruturação das coordenadorias especiais, imprescindíveis para a consecução dos objetivos

legais. As Coordenadorias Especiais de Comunicação, de Publicações e de Relações Públicas tornaram-se grandes braços de atuação da Escola na concretização de suas atividades, com a organização de contratos e de um planejamento anual de publicações bem como o desenvolvimento de uma política de comunicação da escola nas mídias sociais e página eletrônica. Além disso, destacam-se a formalização, padronização e documentação de procedimentos, a saber:

- elaboração de um fluxograma de concepção, aprovação e execução das atividades acadêmicas;
- elaboração de planilhas de acompanhamento de inscrição, frequência e certificação nas atividades; e
- elaboração de planilhas para acompanhamento de avaliações sobre os cursos e atividades realizadas.

ANEXOS

QUADRO RESUMO DAS ATIVIDADES 2015

120 anos do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação Brasil Japão

Em 2015 celebraram-se 120 anos da assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação Brasil-Japão. Dando continuidade às comemorações dessa data tão importante, a Escola do Parlamento organizou um seminário para refletir a trajetória da Imigração Japonesa em São Paulo e como, após mais de um século no Brasil, é possível ver os reflexos dessa imigração na cultura e no cotidiano da nossa cidade.

O seminário foi estruturado em 4 eixos: 1) A Imigração Japonesa no Brasil, que trata das trajetórias e das diversas ondas da imigração; 2) A Imigração Japonesa Recente, que aborda os decasségus retornados, filhos de imigrantes que nasceram no Brasil, voltaram ao Japão em sua vida adulta e retornam ao Brasil. Os desafios emocionais, culturais e econômicos que vivenciam; 3) Influências da Imigração Japonesa no Brasil: culinária, cinema, arte, arquitetura e literatura; 4) e, por fim, o contexto econômico atual no Brasil e no Japão.

Semestre: 2

Carga horária: 10

Inscritos: 42

Certificados: 8

Fluxo de pessoas: 132

A Leitura como Política Pública e Direito de Cidadania

A implantação do Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL – pelo governo federal indica que o país está vivenciando uma nova fase de enfrentamento à extrema desigualdade no que se refere ao "direito à leitura". Historicamente subordinada nas prioridades das políticas públicas, com baixa visibilidade midiática e social, a leitura, ou melhor, a impossibilidade da leitura pela maioria dos brasileiros é fator determinante da exclusão social, política e econômica dos cidadãos.

Para que o Brasil conquiste este direito é que estão sendo construídos o PNLL e os Planos Estaduais e Municipais de Livro e Leitura. No município de São Paulo o PMLLLB está em sua fase semifinal, com projeto de lei elaborado pela sociedade civil e pelas autoridades públicas do município já entregue à consideração da Câmara de Vereadores. Realizar um curso que debata amplamente o tema do ponto de vista histórico, sociológico, político e literário, envolvendo a educação e a cultura como vértices temáticos, seguramente será uma contribuição relevante da Escola do Parlamento para qualificar o debate parlamentar e esclarecer a sociedade paulistana sobre a importância estratégica deste investimento.

Semestre: 2

Carga horária: 14

Inscritos: 96

Certificados: 9

Fluxo de pessoas: 74



A relação criança-cidade: uma via de mão dupla

As crianças e adolescentes representam 30% da população brasileira. As nossas crianças não só possuem direitos e deveres, se não que também precisam de "condições para se desenvolverem com plenitude todo o seu potencial" (UNICEF). As crianças no Brasil passam mais de dois terços de seus dias descobrindo, experimentando e aprendendo sobre os espaços em que transitam, quer seja de forma esporádica como é o caso de lugares que só se visitam uma vez, quer seja daqueles que se vivenciam todos os dias, do caminho à escola ou as atividades que fazem parte do cotidiano de suas famílias. Este seminário buscou aprofundar estas e outras questões, trazendo a criança para o centro do debate, visando compreender o que ela aprende das suas interações com elementos tão diversos e dinâmicos da vida urbana bem como refletir sobre as maneiras de potencializá-las para fazer da cidade um contexto produtivo para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes.

Semestre: 2

Carga horária: 5

Inscritos: 53

Certificados: 54

Fluxo de pessoas: 54

Atualização em Direito Processual Civil – novo Código de Processo Civil

A Lei n. 13.105, publicada em 16 de março de 2015, trata de uma nova codificação da legislação processual civil do país, afetando consideravelmente o processamento dos feitos cíveis (dos prazos aos atos e processo eletrônico), o regime dos institutos processuais atualmente em vigor (das medidas cautelares aos instrumentos recursais) e ainda trazendo inovações consideráveis sobre a litigância e as habilidades exigidas do advogado de contencioso privado e público (como as técnicas de julgamento de demandas repetitivas e os métodos consensuais de resolução dos conflitos).

A atualização com o novo CPC é um complemento fundamental na formação desses profissionais.

Basicamente, o exercício profissional da advocacia pública e privada, função essencial à administração da justiça, como prevê expressamente a Constituição Federal, está

condicionada ao conhecimento da nova Lei e dos seus instrumentos processuais. Apropriar-se das regras trazidas no novo código e conhecer as suas variadas implicações práticas é uma premência para esses profissionais, sob pena de comprometimento do exercício profissional e do próprio acesso à justiça.

Semestre: 2
Carga horária: 40
Inscritos: 35
Certificados: 9
Fluxo de pessoas: 95

Caminhos da Comunicação Pública: mídia, sociedade e Estado



A comunicação pública é fundamental para o fortalecimento da democracia representativa, da cidadania ativa e da participação política. Debater a comunicação pública implica em discutir uma melhor interatividade entre comunicadores institucionais e as necessidades de resposta às demandas sociais, em espaços públicos. Tem por objetivo fomentar o debate acerca das formas de interação democrática entre os veículos de comunicação institucional e a sociedade. O evento visou apresentar os desafios da interação, do acesso aos dados, da transparência e da gestão da informação de interesse público. Foi realizado em parceria com o CCI.3 e a Assessoria de Comunicação da Predidência da CMSP.

Semestre: 1
Carga horária: 15
Inscritos: 257
Certificados: 58
Fluxo de pessoas: 271

Ciclo de Debate sobre regulação urbana (zoneamento)

A tramitação do PL 272/2015 (Lei de Zoneamento) estava em sua reta final na Câmara Municipal de São Paulo. Depois de dezenas de audiências públicas ouvindo a população, a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente apresentou o texto substitutivo para a sociedade civil. Com esse intuito a Escola do Parlamento organizou um ciclo de debates para apresentar e discutir com os municípios que querem fazer parte desse processo e pretendem entender melhor os conceitos e mecanismos, e

as mudanças em voga no mais importante instrumento de planejamento urbano da cidade.

Semestre: 2
Carga horária: 15
Inscritos: 319
Certificados: 103
Fluxo de pessoas: 125

Ciclo de Debates – Reforma Política

O objetivo do Ciclo de Debates foi discutir os principais temas da Reforma Política presentes no Congresso Nacional em 2015 e os potenciais resultados que mudanças normativas no sistema representativo podem provocar, além de seus impactos na democracia brasileira.

Semestre: 1
Carga horária: 36
Inscritos: 527
Fluxo de pessoas: 439

Ciclo de debates: Igualdade de Gênero

O ciclo de debates teve como objetivos: abordar temas transversais ligados à defesa e à promoção da igualdade de direitos para as mulheres e para a população LGBT; e apresentar, por meio de diálogos qualificados, conceitos fundamentais para a compreensão do respeito à diversidade – especialmente no tocante a gênero, identidade de gênero e orientação sexual – como um aspecto fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, plural e democrática. O ciclo buscou apresentar o respeito à diversidade como promotor de uma sociedade mais justa, plural e democrática, além de propor uma reflexão sobre a legislação e as políticas públicas voltadas para as mulheres e a população LGBT, abordando, para tanto, temas transversais à eliminação efetiva das desigualdades de direito que afetam as mulheres e a população LGBT.

Semestre: 2
Carga horária: 12
Inscritos: 211
Certificados: 28
Fluxo de pessoas: 153

Cidadania e Política

Democracia, crise, governabilidade e representação são palavras que fazem parte do vocabulário político cotidiano, mas muitos cidadãos eleitores não sabem ao certo seu significado. Com o intuito de aproximar cidadãos dos conceitos cotidianos da política, auxiliando na compreensão do funcionamento das instituições eleitorais e políticas, a Escola do Parlamento ofereceu o curso "Cidadania e Política", um curso introdutório de Iniciação à Política.

Semestre: 2
Carga horária: 10
Inscritos: 100
Certificados: 28
Fluxo de pessoas: 146

Cidadania e Política – Formação de lideranças locais

O objetivo do curso foi o de reforçar aspectos basilares acerca do papel do parlamento na realidade dos cidadãos e apresentar o conceito de democracia, o papel do parlamento e de seus representantes, explicar o sistema proporcional brasileiro, e entender os mecanismos de participação e as responsabilidades políticas locais.

Semestre: 1
Carga horária: 8
Inscritos: 49
Certificados: 13
Fluxo de pessoas: 52

Comunicação Livre – Módulo I: Princípios básicos de comunicação nas redes digitais

O curso tratou do novo cenário comunicacional e da relação dele com a produção de informação, dividido em dois grandes blocos. O primeiro foi uma aula expositiva realizada por reconhecidos especialistas em comunicação digital. Eles abordaram o cenário da comunicação em redes e apresentaram autores que discutem aspectos teóricos da cibercultura. A Oficina de princípios básicos de comunicação nas redes digitais teve como objetivo central apresentar e testar algumas ferramentas fundamentais que um comunicador precisa dominar para atuar nas redes sociais online e no cenário de uma blogosfera articulada às plataformas de relacionamento. Foram exploradas possibilidades de monitoramento e análise das redes, bem como suas funcionalidades para avaliação do desempenho de seus canais em redes sociais e possibilidades de aplicação em jornalismo de dados. Também foram explanadas as motivações que levam empresas e agências de inteligência a realizar operações de vigilância em massa e como é possível realizar a navegação anônima e comunicação segura por meio da Internet. O objetivo maior foi apresentar e testar algumas ferramentas fundamentais que um comunicador precisa dominar para atuar nas redes sociais online e no cenário de uma blogosfera articulada às plataformas de relacionamento.

Semestre: 2
Carga horária: 12
Inscritos: 76
Certificados: 16
Fluxo de pessoas: 37

Comunicação Livre – Módulo II: blogs e escrita digital

O curso tratou do novo cenário comunicacional e da relação dele com a produção de informação. Aqui ocorreram oficinas específicas onde se buscou ampliar os conhecimentos do estudante naquela área que ele escolheu para participar. Na oficina "O desafio de fazer um blogue cidadão coletivamente" foram apresentados exemplos de blogues nacionais e internacionais que atuam com temáticas cidadãs e que se constituíram em importantes hubs de rede. Eles foram estudados a partir da estratégia que usam para construir suas pautas, redes, comunidades, audiências, projetos gráficos etc. Os participantes da oficina

também foram apresentados a técnicas de wordpress, SEO, inserção de vídeos, imagens e áudios, linguagem adequada e uso de redes pra buscar visibilidade. Construíram, coletivamente, um blog durante a oficina pra vivenciarem a experiência prática de trabalhar colaborativamente e entenderem melhor como se faz jornalismo cidadão.

Semestre: 2
Carga horária: 12
Inscritos: 89
Certificados: 27
Fluxo de pessoas: 63

Comunicação Livre – Módulo III: Web Doc e Web TV

O curso trata do novo cenário comunicacional e da relação dele com a produção de informação. Na oficina "WebDoc e WebTV", os participantes foram apresentados a ferramentas simples, que permitem transformar telefones móveis e computadores em câmeras e difusores de conteúdo de vídeo, utilizando tecnologia de live stream e métodos de baixo custo para transmissões ao vivo online.

Semestre: 2
Carga horária: 12
Inscritos: 112
Certificados: 35
Fluxo de pessoas: 65

Conceitos e Diretrizes para a Elaboração do Orçamento Público

Com objetivo de auxiliar técnicos da Secretaria Municipal de Educação a compreender questões fundamentais sobre o processo de planejamento e orçamento no setor público, assim como da estrutura orçamentária de uma unidade, identificando instrumentos para a elaboração do orçamento de um exercício financeiro e conhecer os princípios e parâmetros do Orçamento da Prefeitura Municipal de São Paulo e da Secretaria Municipal de Educação, a Escola do Parlamento, em Parceria com a SME, organizou o curso sobre Conceitos e Diretrizes para a Elaboração do Orçamento Público.

Semestre: 2
Carga horária: 12
Inscritos: 87
Certificados: 87
Fluxo de pessoas: 261

CRECE – Conselho de Representantes de Conselhos de Escolas

A fim de fortalecer a gestão democrática da escola pública municipal e contribuir com a qualidade social da educação, este seminário pretendeu oferecer processos de formação para os representantes dos Conselhos de Escola das escolas municipais de São Paulo, de forma a permitir aos representantes identificar e refletir sobre os processos de Educação que promovam o exercício da cidadania ativa, bem como compreender a importância da participação da comunidade escolar na gestão da escola, além de refletir sobre a importância dos exercícios de participação no

espaço escolar como oportunidades de formação do cidadão participativo.

Semestre: 2
Carga horária: 3
Inscritos: 1340
Certificados: 1579

Debate: Betinho 80 anos – seu legado e as novas fomes do Brasil

No ensejo dos 80 anos que Herbert de Souza completaria em 2015, a Equipe de Eventos e a Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo promoveram o evento "Betinho 80 anos – o seu legado e as novas fomes do Brasil", destacando a importância que o sociólogo teve e tem no nosso país.

Este evento contou com a exibição do documentário "Betinho – A Esperança Equilibrada" que foi seguido de um debate sobre as mudanças sociais ocorridas no Brasil nas últimas décadas e a luta por direitos ainda em curso no país. A discussão trouxe questões centradas nas agendas atuais de combate à pobreza e à desigualdade e na atuação de ONGs para a promoção da Democracia e Cidadania.

Semestre: 2
Carga horária: 4
Inscritos: 88
Certificados: 25
Fluxo de pessoas: 25

(Des)igualdade Racial no Brasil: desafios e perspectivas



A sociedade brasileira é atravessada por uma profunda desigualdade racial, estruturada a partir da experiência histórica do tráfico negreiro e da escravidão e adensada pelo longo tempo de ausência de políticas públicas de reparação e equidade.

Essa desigualdade conforma um conjunto de relações raciais marcadas pela lógica do branqueamento e pela negação da presença, da contribuição e dos direitos da população afrodescendente.

A Escola do Parlamento, em sua missão de trazer à tona um conjunto de questões relevantes para o Poder Legislativo,

para a afirmação da democracia e da cidadania e para a gestão das políticas públicas, promoveu esse seminário com o intuito de discutir as questões relativas à (des) igualdade racial e debater os desafios e perspectivas de seu enfrentamento.

Semestre: 2
Carga horária: 6
Inscritos: 196
Certificados: 47
Fluxo de pessoas: 81

Desigualdades Sociais

A forte desigualdade social brasileira sempre recebeu destaque no debate público, sendo a concentração de renda nacional um fato de destaque no país e no exterior. Nos últimos 15 anos o Brasil viveu transformações importantes que produziram mudanças efetivas nos indicadores de desigualdades com a introdução de diferentes tipos de políticas que tinham o intuito de combater os diferentes tipos de desigualdades: transferência de renda, acesso ao ensino superior, programas habitacionais. Tais políticas ocorreram dentro de contextos também estruturais específicos, como estabilidade do câmbio, crescimento econômico e até mudanças demográficas.

O objetivo deste curso foi desenvolver uma discussão qualificada sobre as características das desigualdades sociais no Brasil com destaque para as seguintes questões: i) conceito de desigualdades e suas formas de mensuração, ii) desigualdades e desenvolvimento econômico; iii) principais características das desigualdades no Brasil considerando seus marcadores sociais; iii) Como o Brasil tem enfrentado o problema das desigualdades: as políticas de transferência de renda e políticas de Ações Afirmativas.

Semestre: 2
Carga horária: 21
Inscritos: 246
Certificados: 49
Fluxo de pessoas: 508

Direito à Convivência Familiar e Comunitária

Quando tratamos de famílias nas políticas públicas, o centro do debate e das polêmicas está na capacidade das famílias em cuidar particularmente das crianças e adolescentes, e a importância dos vínculos familiares e comunitários. A sociedade reconhece a família como instituição de suma importância, espaço de desenvolvimento dos indivíduos. Contudo, a história nos mostra as inúmeras dificuldades que vivenciam as famílias para proteger seus membros. Este curso teve por objetivo difundir o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária garantido pelo Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, como instrumento de justiça e mobilização social, além de analisar as exigências de proteção social postas às famílias, historicamente, e no atual desenho das políticas sociais.

Semestre: 2
Carga horária: 17
Inscritos: 284
Certificados: 95
Fluxo de pessoas: 804

Ditadura e Direitos Humanos



Entre 1964 e 1985 o Brasil viveu sob uma ditadura com ocorrência de graves violações de direitos humanos, devido à intensa repressão política, com institucionalização de torturas, assassinatos e ocultação de cadáveres. Com o objetivo de investigar os crimes deste período foi criada a Comissão Nacional da Verdade. Essa Comissão encerrou seus trabalhos em 10 de dezembro de 2014, quando apresentou seu relatório final. Outras Comissões foram criadas durante a atuação da Comissão Nacional, como a Comissão Rubens Paiva, do Estado de São Paulo, que encerrou suas atividades em março de 2015 e a Comissão da Verdade Vladimir Herzog. Esse ciclo de seminários teve por objetivo a disseminação dos resultados dessas comissões, bem como instrumentalizar o público leigo na leitura desses documentos.

Semestre: 2
Carga horária: 32
Inscritos: 197
Certificados: 35
Fluxo de pessoas: 379

62

Educação e Cidadania

Parceria entre a Escola do Parlamento e a Secretaria Municipal de Educação, esse curso teve por objetivo fazer a capacitação de professores de forma a levá-los a compreender a importância do espaço escolar como lugar de formação do cidadão participativo, bem como a relevância do papel dos educadores na promoção do exercício democrático de participação.

Semestre: 1 e 2
Carga horária: 24
Inscritos: 210 e 186
Certificados: 210 e 185



Educação Financeira para a Cidadania

Alinhado à Estratégia Nacional de Educação Financeira do Banco Central, instituída pelo Decreto 7397/10, o objetivo do curso foi o de munir o cidadão de ferramentas para fazer um adequado planejamento financeiro de seu orçamento familiar. Pesquisa recente registra que o endividamento da classe média não para de crescer. Essa fatia da população tem "estourado" os limites do cheque especial e cartão de crédito. Diante desse fato, como proceder com relação ao endividamento, como construir um orçamento familiar visando uma programação tanto dos gastos como da liquidação das dívidas? Programar-se para os momentos de facilidades ou momentos de dificuldades exige um planejamento e conhecimento das reais possibilidades de consumo.



Semestre: 1
Carga horária: 9
Inscritos: 45
Certificados: 13
Fluxo de pessoas: 45

XXVI Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas – ABEL

O XXVI Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas, foi organizado numa parceria entre o Instituto Legislativo Paulista, da Assembleia Legislativa do Estado de SP, e a Escola do Parlamento, da Câmara Municipal. Parte-se da premissa de que a educação para a cidadania, a matriz educacional, o letramento político, a legística, nas diversas dimensões tratadas no contexto das Escolas, devem ser disponibilizados, compartilhados e amplamente difundidos nos meios de comunicação dos Parlamentos e Tribunais de Contas.

Semestre: 2
Carga horária: 15
Inscritos: 97
Certificados: 74
Fluxo de pessoas: 142

Jornada da Democracia Direta

A Jornada da Democracia Direta teve por objetivo ampliar o debate sobre a participação direta no governo da cidade de São Paulo, avaliar os instrumentos de participação existentes – como conselhos municipais e audiências públicas –, avaliar as possibilidades para se realizar consultas populares no município e, ainda, apresentar à sociedade conquistas e desafios no que toca

à regulamentação de outro importante mecanismo de democracia direta: a realização de plebiscitos.

Semestre: 2
Carga horária: 6
Inscritos: 151
Certificados: 14
Fluxo de pessoas: 38

Partidos Políticos

Os Partidos Políticos constituem uma figura central do sistema democrático representativo, demandando uma maior compreensão sobre sua atuação. Com o objetivo de apresentar e discutir um panorama geral sobre a capacidade atual do sistema partidário, tanto do ponto de vista teórico, como na realidade brasileira, de mediar os diferentes interesses na arena política a Escola do Parlamento ofereceu o curso.

Semestre: 2
Carga horária: 21
Inscritos: 115
Certificados: 18
Fluxo de pessoas: 205

Poder Legislativo e Processo Legislativo

O curso corresponde à necessidade de capacitar e qualificar a participação social de sujeitos, sejam aqueles que se encontram no interior do Estado, sejam também aqueles que, inseridos como membros de Organizações da Sociedade Civil, possuem demandas quanto ao conhecimento, apreensão e compreensão das práticas institucionais que, no interior do Poder Legislativo, constituem a base da produção legislativa, apresentando-se, portanto, como núcleo e modus operandi desse Poder. O objetivo do curso foi o de permitir aos participantes a compreensão acerca do funcionamento do Poder Legislativo, com ênfase na Câmara Municipal de São Paulo, e de propiciar aos participantes o conhecimento acerca do processo legislativo, tanto no que diz respeito às práticas regimentais e procedimentais que lhes são constitutivas, quanto, também, nos aspectos relativos à prática política que o caracteriza.



Semestre: 2
Carga horária: 18
Inscritos: 86
Certificados: 24
Fluxo de pessoas: 159

Poder, Esfera Pública e Sociedade Civil

O objetivo foi abordar alguns conceitos centrais que estruturam a política, não só os parlamentos e órgãos governamentais, mas também movimentos sociais, grupos de interesse, dentre outros. Buscou-se a compreensão do funcionamento da esfera pública e de como ela é mobilizada por atores da sociedade civil, além de apresentar diferentes conceitos de poder, a fim de mostrar qual é o mais compatível com essa mediação entre esfera pública e sociedade civil.

Semestre: 1
Carga horária: 21
Inscritos: 121
Certificados: 19
Fluxo de pessoas: 138

Política Urbana e Direito Urbanístico Módulo I

O objetivo do curso foi apresentar noções sobre urbanismo e direito urbanístico, com enfoque para questões sociológicas, filosóficas e jurídicas, por meio da exposição de pesquisas, doutrinas e experiência práticas relacionadas ao planejamento urbano, às competências legais do município, ao meio ambiente urbano, aos instrumentos de política urbana e regulamentação de políticas setoriais referentes a mobilidade, moradia, água, saneamento básico e resíduos urbanos.

Semestre: 1
Carga horária: 21
Inscritos: 90
Certificados: 24
Fluxo de pessoas: 254

Política Urbana e Direito Urbanístico Módulo II

O objetivo do curso foi apresentar noções aprofundadas a respeito de urbanismo e direito urbanístico, por meio da exposição de pesquisas, doutrinas e experiência práticas relacionadas ao planejamento urbano.

Semestre: 2
Carga horária: 15
Inscritos: 90
Certificados: 19
Fluxo de pessoas: 167

Políticas Públicas: Da agenda à avaliação Módulo I

Programa de capacitação, de curta duração, que discutiu o ciclo de políticas públicas e suas diversas fases (agenda, formulação, implementação e avaliação), bem como sua contextualização à realidade brasileira.

Semestre: 1
Carga horária: 21
Inscritos: 142
Certificados: 37
Fluxo de pessoas: 261

Políticas Públicas: Da agenda à avaliação Módulo II

Programa de capacitação, de curta duração, que discutiu o ciclo de políticas públicas e suas diversas fases (agenda, formulação, implementação e avaliação), bem como sua contextualização à realidade brasileira. O segundo módulo visou discutir o contexto atual das políticas públicas brasileiras considerando seus principais determinantes em cada uma das fases do ciclo de políticas públicas.

Semestre: 1
Carga horária: 21
Inscritos: 107
Certificados: 20
Fluxo de pessoas: 188

Políticas Públicas de Cultura

O curso apresentou um panorama sobre as políticas públicas destinadas à cultura, com enfoque nas principais questões que permeiam esta área nos cenários brasileiro, em sentido mais amplo, e paulistano, em específico. Primeiro, discutiu-se a importância da atuação do Estado na área da cultura, apresentando e historicizando as principais diretrizes de política cultural no mundo, bem como a evolução deste tema no Brasil. Em seguida, foram apresentados o Plano Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Cultura, como principais marcos institucionais de atuação do Estado no contexto atual. Depois, foram apresentadas e discutidas as três principais dimensões de cultura apresentadas no Plano: a simbólica, a cidadã e a econômica, com foco nos conceitos e em iniciativas específicas.

Semestre: 2
Carga horária: 18
Inscritos: 140
Certificados: 83
Fluxo de pessoas: 523

Políticas Públicas para a população em situação de Rua Módulo I

Nos últimos tempos, os olhares tem se voltado cada vez mais àqueles que fazem da rua o espaço de sobrevivência e palco da vida privada.

A existência de condições tão aviltantes aos direitos humanos nos requisita a entender e construir respostas através de políticas públicas a essa manifestação do pauperismo e da desigualdade social. Com esse objetivo o curso pretendeu apresentar os fundamentos e os conceitos da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além de propiciar uma análise da vida em condição de rua como manifestação atual do pauperismo.

Semestre: 2
Carga horária: 15
Inscritos: 581
Certificados: 150
Fluxo de pessoas: 743

Políticas Públicas para a população em situação de Rua Módulo II

Nos últimos tempos, os olhares tem se voltado cada vez mais aqueles que fazem da rua o espaço de sobrevivência e palco da vida privada. Com esse objetivo o curso pretendeu oferecer elementos teóricos, éticos e técnicos para profissionais e demais membros e setores da sociedade civil envolvidos com o planejamento e execução de programas e ações de atenção às pessoas em situação de rua.



Semestre: 2
Carga horária: 15
Inscritos: 148
Certificados: 72
Fluxo de pessoas: 390

Projeto Repórter do Futuro: "Descobrir São Paulo, Descobrir-se Repórter"

As transformações cada vez mais rápidas e profundas pelas quais a cidade de São Paulo vem passando nas últimas décadas evidenciam que a tarefa de comunicar a sua realidade, a dinâmica de funcionamento e os instrumentos de participação é crescentemente complexa e requer preparação especializada. Este curso teve como objetivo aproximar estudantes de jornalismo das grandes questões que desafiam o crescimento de uma cidade como São Paulo, vistas sob a ótica dos gestores públicos ligados aos Poderes Executivo ou Legislativo, estudiosos e especialistas, mas também vivenciadas nas visitas aos bairros – momento em que os jovens são estimulados a traduzir a complexidade da cidade e o cotidiano do seu povo em entrevistas e reportagens de campo.

Semestre: 2
Carga horária: 73
Inscritos: 60
Certificados: 25
Fluxo de pessoas: 182

SP de Todos os Imigrantes

Conflitos em diversas regiões, a crise econômica no velho mundo, e a projeção internacional de economias emergentes têm contribuído para que os fluxos migratórios, antes dirigidos majoritariamente ao Norte, se intensifiquem

em direção ao Sul. A estratégia política de fechamento de fronteiras para a imigração, num contexto global de intensa mobilidade e grande desigualdade entre países, tem provado ser ineficaz na redução dos fluxos, colaborando apenas para a maior vulnerabilidade de imigrantes, maior exploração dos mesmos e para o recrudescimento do preconceito e da xenofobia. O curso teve como objetivo geral abordar temas transversais às imigrações contemporâneas, visualizar os tipos e mudanças dos fluxos imigratórios, discutir mecanismos que visam garantir o acesso de pleno de direitos aos imigrantes, bem como debater fronteiras legais tendo como foco principal integração social e cultural proporcionada pelo intercâmbio de experiências e vivências das diferentes comunidades no espaço público.

Semestre: 2
Carga horária: 25
Inscritos: 212
Certificados: 66
Fluxo de pessoas: 458

Seminário Governança da Água

A Escola do Parlamento, em parceria com o Conselho da Cidade do Município de São Paulo, realizou um seminário para debater o papel do Município no cuidado com a água. O evento contou com duas mesas, sendo a primeira denominada "Governança de Recursos Hídricos" e a segunda "Serviços de Água e Esgoto: a Opção entre o Público e o Privado".

Na primeira mesa, o debate abordou os conflitos entre tipos de usos e regiões, eventos climáticos extremos e novos paradigmas, cenários de escassez e participação social. Na segunda mesa, houve uma comparação entre os modelos de gestão dos serviços privados e público e as tendências mundiais.

Semestre: 2
Carga horária: 6
Inscritos: 74
Certificados: 22
Fluxo de pessoas: 41

QUADRO RESUMO DAS ATIVIDADES 2016

A Produção Legislativa do Poder Executivo

O Poder Executivo desempenha funções centrais no processo legislativo brasileiro, em todos os níveis da federação. No entanto, a realização de investigações mais profundas sobre sua atividade legislativa acabou prejudicada pela visão jurídica tradicional, que a enxerga como uma afronta à clássica teoria da separação de poderes.

Compreender bem o processo contemporâneo de formação da legislação no Brasil implica entender os processos internos de criação normativa do Executivo, e o papel que a lei possui na estruturação das relações institucionais. Para tanto, a experiência prática relativa ao tema precisa ser trazida ao debate. Apenas assim será possível assimilar o processo legislativo em suas diferentes frentes. Ao final do curso, pretendeu-se que o aluno consiga compreender com mais naturalidade o papel do Executivo no processo de elaboração normativa, mobilizando noções básicas de seus processos internos.

Semestre: 1

Carga horária: 21

Inscritos: 123

Certificados: 32

Fluxo de pessoas: 241

Abrindo a Câmara Municipal

Os eventos realizados no âmbito do termo de cooperação entre a Escola do Parlamento e a Open Knowledge tiveram por finalidade ampliar o conhecimento da sociedade sobre o papel e o funcionamento da Câmara Municipal, identificando as atuais e potenciais iniciativas para a ampliação da transparência, da participação e do controle social, além de promover conexões com outras iniciativas de inovação política.

Semestre: 1

Carga horária: 6

Inscritos: 152

Certificados: 71

Fluxo de pessoas: 114

As novas tecnologias e seus impactos nas capacidades físicas e mentais: o transhumanismo

O transhumanismo pode ser considerado um movimento intelectual que pretende transformar a condição humana através do aumento das capacidades físicas e mentais com o uso de tecnologias. Também denominado de "pós humanismo", apresenta implicações que geram intenso debate no campo da ética – por exemplo, a terapia genética ou bebês como "projetos". Sua conceituação pode ser encontrada no pensamento antigo com os mitos onde elixires evitariam a morte, mas foi a partir de 1957 que o biólogo estadunidense Julian Huxley popularizou o termo criado pelo filósofo canadense W.D. Lighthall em 1940, através do artigo "Transhumanism" .

Com a crescente utilização da "internet das coisas" e a robotização de funções, torna-se necessário que cada vez mais sejam debatidas as implicações éticas que os diversos

usos e intervenções da tecnologia no ser humano possam afetar a subjetividade.

Semestre: 2
Carga horária: 3
Inscritos: 40
Certificados: 40
Fluxo de pessoas: 40

Campanhas limpas, transparentes e participativas

Evento realizado com o intuito de debater a importância do papel ativo dos cidadãos-eleitores nas campanhas e no cotidiano da atividade política, e debater formas alternativas e mais baratas de se fazer campanha, bem como apresentar o app "Voto Legal".

Semestre: 1
Carga horária: 3
Fluxo de pessoas: 60

Ciclo de Debates Financiamento e Políticas Públicas

Discutir e compreender o sistema de financiamento e a gestão de políticas públicas é fundamental para aqueles que trabalham na elaboração legislativa e refletem constantemente sobre as políticas. Com esse objetivo a Equipe da Consultoria Técnica Legislativa da área social propôs a organização de um ciclo de debates para discutir e aprofundar os conhecimentos do seu quadro técnico, sobre temas de fundamental importância para o processo legislativo. Cada seminário abordou os temas fontes de financiamento das políticas públicas e de áreas da saúde, da educação, da assistência social e da cultura.

Semestre: 1
Carga horária: 15
Inscritos: 25
Certificados: 15
Fluxo de pessoas: 74

Ciclo de Debates sobre Saúde Mental

Fruto da parceria entre a Escola do Parlamento e a Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, com o objetivo de debater os 15 anos da Lei Antimanicomial - Lei nº 10.216/2001, bem como trazer ao público temas sensíveis observados na prática por psicólogos, assistentes sociais e defensores públicos. Mesmo com todo este tempo de vigência, observa-se que a sociedade brasileira ainda está construindo uma prática social e profissional que respeite e adote uma política de assistência baseada na inclusão e no estímulo às pessoas acometidas por forte sofrimento psíquico.

Semestre: 2
Carga horária: 15
Inscritos: 344
Certificados: 137
Fluxo de pessoas: 565

Ciclo de Debates SP 2030

Debater as questões e desafios da cidade de São Paulo para os próximos 15 anos, quais os caminhos a percorrer para que em 2030 a cidade seja mais humana e desenvolvida, tecnológica e economicamente, com opções de lazer e cultura e ambientalmente sustentável? Dialogar com especialistas e a sociedade civil, incentivando a reflexão sobre os problemas da cidade e a participação na solução dos problemas é fundamental para se construir uma cidade melhor e incentivar o diálogo e a participação, bem como influenciar o debate público.



Semestre: 1
Carga horária: 15
Inscritos: 100
Fluxo de pessoas: 125

Cidadania e Política

Democracia, separação de poderes, governabilidade e representação são palavras que fazem parte do vocabulário político cotidiano, mas muitos cidadãos não sabem ao certo seu significado. O intuito dessa atividade foi oferecer um curso introdutório de iniciação política, tornando conceitos corriqueiros da política conhecidos do público em geral.

Semestre: 2
Carga horária: 18
Inscritos: 147
Certificados: 40
Fluxo de pessoas: 242

I Congresso Internacional de Contas Públicas

Parceria da Escola do Parlamento com a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica - FIPE, a Comissão de Pós Graduação da Faculdade de Direito da USP e o Instituto Rui Barbosa. Os temas inicialmente propostos sugerem que, ao final do encontro, a visão dos projetos de Estado e dos projetos de Governo estarão claras, fornecendo ao administrador público o caminho seguro no sentido de satisfazer as necessidades dos cidadãos.

Semestre: 1
Carga horária: 18
Fluxo de pessoas: 461

Congresso Municipal de Educação: relações étnico-raciais

Congresso de formação de professores com objetivo de contribuir para a formação dos profissionais da educação com enfoque na formação para a Cidadania, e de aprofundar o debate sobre gestão democrática na escola e a participação dos sujeitos no território educativo, bem como as relações étnico-raciais no território educativo e sua importância no processo de formação para a Cidadania.

Semestre: 1

Carga horária: 5

Fluxo de pessoas: 1200

Decifrando as pesquisas eleitorais

A principal finalidade do curso foi ensinar, numa linguagem acessível ao cidadão comum, como são feitas as pesquisas por amostragem e, em particular, as pesquisas de intenção de voto. As aulas partiram do conceito de opinião pública e das diferenças entre as pesquisas "quanti" e "quali". Na sequência, os alunos viram a elaboração de amostras e de questionários nas pesquisas quantitativas, bem como a realização do trabalho de campo. Por fim, a partir de exemplos práticos de pesquisas eleitorais do passado, os alunos conheceram algumas ferramentas para analisar corretamente os resultados das pesquisas.

Semestre: 1

Carga horária: 12

Inscritos: 203

Certificados: 28

Fluxo de pessoas: 122

68

Desafios do mundo do trabalho: a representação de empregados na gestão de empresas



A Lei Orgânica do Município de São Paulo prestigia os princípios da prática democrática, da transparência, da participação e controle popular, da eficiência, da supremacia do interesse público, da valorização dos servidores públicos e da participação efetiva dos trabalhadores na gestão das empresas. Neste sentido a Lei Municipal nº 10.731 de 06/06/1989 institui que, nas empresas e fundações em que o Município de São Paulo detenha o controle majoritário, deverá haver a

representação de empregados nos órgãos de administração e fiscalização. O seminário objetiva aprofundar a reflexão sobre a importância e o papel das representações dos empregados nos órgãos de gestão da empresa no mundo contemporâneo, a partir de um resgate histórico e das experiências tidas, em especial daquelas ocorridas no âmbito do município de São Paulo e relativas às empresas estatais.

Semestre: 2

Carga horária: 8

Inscritos: 46

Certificados: 17

Fluxo de pessoas: 17

Diálogos CPF/SESC e Escola do Parlamento: Leis de Fomento à Cultura

O Centro de Pesquisa e Formação do Sesc SP e a Escola do Parlamento firmaram uma parceria para a realização de cursos na área de gestão cultural. O primeiro tema a ser debatido no âmbito dessa parceria foi o das Leis de Fomento à Cultura em São Paulo.

Atualmente existem as Leis de Fomento ao Teatro (Lei 13.279 de 2002), Fomento à Dança (Lei 14071 de 2005), os Programas VAI I e II (Leis 3.540 de 2003 e 15.897 de 2013), e o Programa de Fomento à Cultura da Periferia de São Paulo (Lei Municipal 16.496 de 2016), todas já regulamentadas por decretos específicos. Além dessas iniciativas previstas em lei há também editais de iniciativa da gestão municipal que ainda carecem de legislação específica e regulamentação, como, por exemplo, o Fomento ao Cinema, o Prêmio Zé Renato (teatro), o Fomento ao Circo e o Redes e Ruas. O direito ao acesso à cultura é um ponto central a tais políticas. Esta modalidade de direito civil, ainda difusa e fracamente percebida pela sociedade brasileira, prevê o direito ao acesso não apenas à produção e fruição de bens culturais, mas também o direito à participação nas decisões da política cultural, tendo como premissa o cidadão como sujeito ativo do processo sociocultural. Daí a relevância dessa discussão para processos de formação em gestão cultural.

Semestre: 2

Carga horária: 6

Inscritos: 81

Fluxo de pessoas: 30

Diálogos CPF/SESC e Escola do Parlamento: Plano Municipal de Cultura

A segunda atividade fruto da parceria entre o Centro de Pesquisa e Formação do SESC e a Escola do Parlamento, teve por objetivo oferecer elementos para uma análise crítica dos processos de planejamento no campo da cultura, tendo por base a experiência do Plano Municipal de Cultura de São Paulo (PMC-SP). Para tanto, foi apresentada a concepção orientadora da formulação do Plano, tendo como ponto de partida o diagnóstico acerca das políticas culturais no município, a realização do processo participativo de consulta pública e a sistematização final de suas diretrizes, ações e metas. Além da exposição dos desafios

institucionais e metodológicos na criação desse instrumento de planejamento, foram apresentados os resultados desse processo, de modo a permitir a difusão e apropriação dos conteúdos do PMC-SP por parte dos participantes e o acompanhamento de sua implementação.

Semestre: 2
Carga horária: 9
Inscritos: 54
Certificados: 13

Dimensões políticas e técnico-operativas na atenção à população em situação de rua

O curso foi um desdobramento do curso "Fundamentos da Política e dos Direitos da População em Situação de Rua - apreender fundamentos e conceitos da Política Nacional para a População em Situação de Rua". Buscou propiciar uma análise da vida em condição de rua como manifestação atual do pauperismo, compreender a importância da atenção à população em situação de rua na perspectiva ética e dos direitos humanos, e oferecer elementos teóricos, éticos e técnicos para profissionais e demais membros e setores da sociedade civil envolvidos com o planejamento e execução de programas e ações de atenção às pessoas em situação de rua.

Semestre: 1
Carga horária: 15
Inscritos: 262
Certificados: 103
Fluxo de pessoas: 474

Direito Eleitoral: Eleições 2016

Curso desenvolvido em Parceria com o Sindicato dos Servidores da CMSP e do TCM-SP (Sindilex), teve por objetivo apresentar as regras básicas e as controvérsias sobre as eleições para Prefeito e Vereadores com base nas campanhas eleitorais anteriores e nas regras estabelecidas para as Eleições 2016.

Para tanto, teve a proposta de esclarecer e instruir partidos políticos, vereadores, assessores, profissionais da área, advogados, pré-candidatos, eleitores e cidadãos em geral que se interessem pelo tema. Além disso, visou difundir conhecimento específico acerca da legislação eleitoral, enfatizando quais as práticas que podem ou não ser desenvolvidas pelos atuais vereadores, seus assessores e servidores a ele ligados.

Semestre: 1
Carga horária: 36
Inscritos: 568
Certificados: 110
Fluxo de pessoas: 1645

Direitos das Pessoas com Deficiência

Esse curso visou apresentar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, desde as origens de seus conceitos nos movimentos sociais até a discussão de sua efetivação pelos agentes públicos, passando por seu processo de ratificação, propósitos, princípios gerais e principais tópicos e artigos. A proposta previu a articulação desses componentes teórico-políticos com situações cotidianas que auxiliem na compreensão e na formulação

de propostas de atuação em políticas públicas em prol de mudanças visando a ampliação do acesso a direitos e participação plena dessa parcela da população, inclusive com a formulação de leis e normativas para implementação dessa Convenção em âmbito municipal.

Semestre: 1
Carga horária: 21
Inscritos: 122
Certificados: 60
Fluxo de pessoas: 401

Direitos Fundamentais



Realizado em parceria com o CEJUR, trata-se de um curso voltado a pessoas que não tenham conhecimentos jurídicos, destinado à apresentação dos principais direitos fundamentais consagrados no nosso ordenamento jurídico.

Semestre: 1
Carga horária: 21
Inscritos: 240
Certificados: 82
Fluxo de pessoas: 593

Direitos Humanos – modalidade EAD



Entre as inúmeras concepções de educação existentes, assumimos a que apresenta como um de seus pressupostos a promoção e a defesa dos direitos humanos, bem como a reflexão crítica acerca da pessoa humana enquanto sujeito detentor de direitos. Portanto, esta concepção de educação traz em seu bojo o desafio de propiciar a apreensão histórica da constituição da sociedade, reconhecendo o consequente desenvolvimento da desigualdade social e dos

preconceitos, bem como reconhecer os avanços normativos/institucionais e as possibilidades a serem construídas. Neste processo de transformação cultural, é imprescindível estimular ações acerca de temáticas correlatas, como a igualdade de gênero, as diversidades sexual, religiosa e étnico-racial, os direitos geracionais, sociais e políticos, entre outros; visando não apenas a garantia de direitos dos grupos historicamente discriminados, mas, sobretudo o enfrentamento do racismo, do sexismo, da homofobia e de todas as outras formas de violência às quais estão suscetíveis. Buscando atender esse objetivo, a Escola do Parlamento e a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), ofereceram em parceria e na modalidade à distância, esse curso de capacitação em Direitos Humanos.

Semestre: 2

Carga horária: 12

Fluxo de pessoas: 203

Eleições Municipais: novas regras

O seminário visou complementar o curso Direito Eleitoral – Eleições 2016, apresentando as principais controvérsias na temática das eleições para Prefeito e Vereadores. Neste sentido, pretendeu esclarecer e instruir assessores, pré-candidatos e profissionais da área para atuarem nas eleições municipais de 2016, mantendo o objetivo já firmado no curso anterior de realizar uma campanha eficaz que se apresente dentro da legalidade.

Semestre: 1

Carga horária: 12

Fluxo de pessoas: 108

Estado, Direito do Trabalho e Desenvolvimento Econômico

Curso promovido em parceria com o Sindicato dos Servidores da Câmara Municipal de São Paulo e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (Sindilex) que pretendeu descrever o papel do Estado e do Direito na regulamentação do Trabalho e no Desenvolvimento Econômico no Brasil e debater as causas e efeitos das propostas de alteração na legislação trabalhista na atualidade, escrevendo a legislação trabalhista existente – especialmente no âmbito constitucional –, explicando seus fundamentos, princípios e o processo legislativo necessário para sua modificação. Debateu as perspectivas de alterações na legislação trabalhista e seus impactos na esfera social e econômica, explicando o papel do Estado, dos sindicatos e da sociedade civil organizada neste contexto.

Semestre: 2

Carga horária: 12

Inscritos: 160

Certificados: 41

Fluxo de pessoas: 158

Exibição do filme "Trashed" e debate sobre resíduos sólidos

Promovido em parceria com a Ecofalante – Cinema Ambiental, a exibição do filme "Trashed" pretendeu sensibilizar o público para o problema da finalidade dada aos resíduos sólidos produzidos em larga escala nas grandes

cidades e que cada vez mais se apresenta como um problema de política pública. O debate que se seguiu ao filme pretendeu apresentar alguns dos principais pontos da Política Nacional dos Resíduos Sólidos e dos desafios enfrentados na cidade de São Paulo.

Semestre: 1

Carga horária: 3

Federalismo e Políticas Públicas

Quais os caminhos do dinheiro na Federação brasileira? Até que ponto os municípios têm autonomia? Por que algumas políticas públicas favorecem a cooperação, enquanto outras estimulam a competição entre governantes? Esses e outras temas foram tratados no curso Federalismo e Políticas Públicas, promovido pela Escola do Parlamento. Voltado a gestores, servidores, estudantes e outros interessados no assunto, o curso enfatizou o papel do município na federação e como as dinâmicas entre as diferentes esferas de governo impactam o desenho e a operacionalização das políticas públicas, com ênfase nas áreas de finanças, saúde, educação e políticas sociais.

Semestre: 1

Carga horária: 24

Inscritos: 135

Certificados: 50

Fluxo de pessoas: 446

Forum das Cidades

Fórum realizado em parceria da Escola do Parlamento com o Centro de Estudos Jurídicos (CEJUR), a Escola Paulista de Magistratura (EPM) e a Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (Anamages), que buscou atender à necessidade de se discutir temas importantes para a cidade de São Paulo, trazendo a experiência de vários setores do Poder Público e da sociedade civil sobre o tema da sustentabilidade.

Os temas do Fórum das Cidades sempre dizem respeito aos problemas e debates mais relevantes para a vida na cidade. A ideia é que o tema escolhido para cada ano reflita os principais debates existentes no dia a dia da cidade.

Semestre: 1

Carga horária: 6

Inscritos: 151

Certificados: 64

Fluxo de pessoas: 100

Fundamentos da Política e dos Direitos da População em Situação de Rua

Nos últimos tempos, os olhares têm se voltado cada vez mais àqueles que fazem da rua o espaço de sobrevivência. A existência de condições tão aviltantes aos direitos humanos nos requisita a entender e construir respostas através de políticas públicas a essa manifestação do pauperismo e da desigualdade social. Buscando cumprir sua missão de discutir os principais problemas da cidade de São Paulo, e formar cidadãos mais conscientes dos seus direitos, a Escola do Parlamento propôs, pelo segundo ano consecutivo, a realização de uma edição revista do curso que trata do

tema sobre População em Situação de Rua.

Semestre: 2

Carga horária: 15

Inscritos: 319

Certificados: 92

Fluxo de pessoas: 437

Gestão da Informação Pública: do impresso ao digital

O curso buscou mostrar a teoria e a prática documental para uma maior difusão e sensibilização dos envolvidos na gestão de processos e documentos públicos. Visou estimular o acesso e a transparência da informação pública, resultante da eficiente gestão documental e dos processos administrativos. A gestão documental é embasada por meio de preceitos e de técnicas próprias da gestão arquivística de documentos e visa garantir a autenticidade e a preservação dos documentos, tanto em papel como digitais, em especial por meio da sua organização e do uso de novas tecnologias da informação.

Semestre: 1

Carga horária: 21

Inscritos: 108

Certificados: 65

Fluxo de pessoas: 499

Gestão de Contratos e Licitações

A Constituição Federal de 1988, ao estabelecer o conjunto de princípios e fundamentos que devem presidir a atuação dos agentes públicos, evidenciou sua responsabilidade e lugar estratégico planejando, presidindo, fiscalizando e instruindo os processos de licitação e gestão de contratos. No âmbito da Câmara Municipal de São Paulo, a Equipe de Seleção, Desenvolvimento e Avaliação de Pessoas (SGA.14), estruturando e coordenando os processos de formação em serviço tem, sistematicamente, assinalado a importância de ações específicas de atualização e treinamento dos servidores que respondem pelas diferentes etapas desse processo. O presente curso foi desenhado em conjunto com a Escola de Gestão e Contas Públicas do TCM, e oferecido exclusivamente aos servidores da Câmara Municipal de São Paulo.

Semestre: 2

Carga horária: 30

Inscritos: 33

Fluxo de pessoas: 283

Gestão de Equipes – Desenvolvimento de Competências Conversacionais

A Escola do Parlamento, em sua missão de qualificar a ação do Poder Legislativo e de auxiliar seus servidores na identificação de sua missão, estabeleceu, em seu Plano de Trabalho de 2016, a ampliação de ações de formação do corpo de servidores da Casa. Com essa finalidade, a Escola do Parlamento e a Equipe de Seleção, Desenvolvimento e Avaliação de Pessoas (SGA.14) promoveram o curso de Gestão de Equipes – Desenvolvimento de Competências

Conversacionais.

A partir do arcabouço teórico da ontologia da linguagem, este curso buscou ampliar a compreensão sobre as conversas como catalisadoras de uma boa gestão pública. A ausência de conversas (ou diálogos) produtivas inviabiliza a coordenação de ações e, consequentemente, prejudica a implementação de atividades ou projetos.



Semestre: 2

Carga horária: 30

Inscritos: 20

Certificados: 16

Fluxo de pessoas: 156

Gestão de Recursos Naturais e Ambientais: conceitos e problemas

A gestão de recursos naturais e ambientais é essencial para a implementação ou manutenção de boas e dignas condições de vida para a sociedade, bem como fundamental, nos dias atuais, para o funcionamento produtivo/econômico da mesma. O curso teve como objetivo introduzir os participantes em uma discussão ambiental, econômica e social de gestão de recursos naturais e ambientais. Por meio da exposição de conceitos relacionados ao tema proposto e apresentação de situações reais de gestão, ou de ausência desta, pretendeu motivar os participantes a uma reflexão acerca do papel do Estado e dos cidadãos para a continuidade destes recursos bem como acerca da qualidade de vida a ela relacionada.

Semestre: 2

Carga horária: 21

Inscritos: 226

Certificados: 65

Fluxo de pessoas: 464

Gestão e Qualidade das Políticas Educacionais no Brasil

Este curso teve por objetivo oferecer aos participantes um conjunto de subsídios para a análise dos principais compromissos governamentais estabelecidos no Plano Nacional de Educação (Lei Federal nº 13.005/2014), e assim contribuir para a compreensão das relações entre as metas do PNE, os programas e as políticas públicas propostas e

implementadas pelos governos subnacionais por meio de debates qualificados sobre os desafios e perspectivas para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação.

Semestre: 2
Carga horária: 24
Inscritos: 197
Certificados: 74
Fluxo de pessoas: 606

Igualdade de Gênero

O curso teve por objetivo promover a reflexão e o debate a respeito das principais questões de gênero presentes no debate público brasileiro e internacional. O foco foi a exploração das implicações políticas das divergências acerca da identidade de gênero no movimento feminista, bem como a relação das questões identitárias com demandas de justiça distributiva e de participação política. Essa temática faz parte da agenda de atividades da Escola do Parlamento desde 2014, sendo sempre abordada com diferentes formatos e muito sucesso.

Semestre: 2
Carga horária: 21
Inscritos: 413
Certificados: 161
Fluxo de pessoas: 1192

Introdução ao Direito Constitucional



O curso de Introdução ao Direito Constitucional é uma parceria da Escola do Parlamento com o Centro de Estudos Jurídicos (CEJUR) da Procuradoria Geral do Município de São Paulo e tem por objetivo ensinar conceitos básicos sobre a organização do Estado brasileiro, o sistema eleitoral e a função dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de apresentar aos cidadãos não familiarizados com a linguagem jurídica o que são temas constitucionais, diferenciando legislação constitucional de legislação infraconstitucional e abordando temas centrais tratados pela Constituição brasileira.

Semestre: 1
Carga horária: 21
Inscritos: 246
Certificados: 99
Fluxo de pessoas: 772

Judicialização das Políticas Públicas no Brasil

A interação do Judiciário e demais órgãos do sistema de justiça, em especial o Ministério Público com os Poderes Legislativo e Executivo, tem gerado novos rumos para o processo de políticas públicas (formulação, implementação e avaliação). Este curso visou discutir como as ações e decisões dos órgãos do sistema de justiça afetam as políticas públicas no Brasil pós-Constituição de 1988. Para tanto, além de apresentar a discussão teórica sobre o processo de judicialização da política e das políticas públicas, analisou alguns casos recentes e emblemáticos sobre judicialização de políticas públicas em quatro diferentes áreas: saúde, educação, política urbana e de saneamento.

Semestre: 2
Carga horária: 18
Inscritos: 279
Certificados: 80
Fluxo de pessoas: 466

Lançamento do "Cadernos de Jornalismo" do Repórter do Futuro

A Escola do Parlamento e a Oboré Projetos Especiais uniram esforços para promoverem, pelo sexto ano consecutivo, o curso Descobrir São Paulo - Descobrir-se Repórter, módulo temático do Projeto Repórter do Futuro. Trata-se de projeto de formação iniciado em 1994, cuja proposta é complementar as atividades práticas laboratoriais de alunos matriculados nos cursos de Jornalismo com foco no estímulo à prática reflexiva e no exercício da reportagem. Nesse encontro foi realizado o lançamento dos "Cadernos de Jornalismo" do Repórter do Futuro, fruto do Termo de Cooperação Técnica entre as duas instituições, e que registra as quatro edições do programa (2012, 2013, 2014 e 2015) realizadas em parceria com a Escola.

Semestre: 1
Carga horária: 3
Fluxo de pessoas: 40

Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil

A aprovação das leis 13.019/2014 e 13.204/2015 do Novo Marco Regulatório, trouxe mudanças objetivas tais como: a criação de instrumentos adequados para substituir os convênios; a possibilidade de pagamento de funcionários e medidas para garantir a transparência nas parcerias; a previsão das organizações deverem apropriar-se dos aspectos a elas relacionados: planejamento, seleção, execução, monitoramento e avaliação, prestação de contas e responsabilidades e sanções. O curso foi realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação.

Semestre: 1
Carga horária: 4
Inscritos: 536
Certificados: 314
Fluxo de pessoas: 314

Memória Intitucional e Legislativo: recursos e possibilidades

Seminário organizado em parceria com o CCI.3 e o Centro de Memória da CMSP e que teve por objetivo apresentar o projeto sobre memória e História da Câmara e o acesso à informação na Secretaria de Documentação da Câmara.

Semestre: 1
Carga horária: 3
Certificados: 58
Fluxo de pessoas: 58

Mostra de Cinema "São Paulo: Cidade Aberta"

O poder do cinema, de problematizar questões urbanas, tais como a condição das pessoas em situação de rua, imigração, ocupações ilegais, sistema prisional, desenvolvimento urbano, e seu impacto na política, é imenso e serve de mote para os debates propostos na Mostra: a cidade de São Paulo através de seus retratos no cinema. A Mostra pretendeu oferecer elementos para reflexão sobre a cidade de São Paulo, e seus desafios e perspectivas para os próximos anos. A exibição de filmes precedeu debates entre os convidados, especialistas e público a respeito das temáticas propostas pelas obras, e contemplou a exibição de curtas, médias e longas-metragens.

Semestre: 2
Carga horária: 30

O CRECE, a democracia participativa e a qualidade social da educação

Seminários na área da Educação que buscam oferecer formação para conselheiros do CRECE – Regionais e Central das escolas municipais da rede de ensino de São Paulo, abordando os seguintes temas: A Lei 16213 e o Decreto 56520; suas implicações e seus desdobramentos; a comunidade na escola e a escola na comunidade; os territórios educativos; protagonismo infantil e juvenil; a participação das crianças e dos jovens na educação municipal; e as questões de gênero e étnico raciais no território educativo. O curso foi realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo.

Semestre: 1 e 2
Fluxo de pessoas: 621

Oficina AdentraSP: mídias sociais, participação e mobilização

A Escola do Parlamento da Câmara Municipal promoveu, em parceria com a Prefeitura Municipal de São Paulo, a oficina AdentraSP, cuja finalidade foi ampliar o conhecimento dos cidadãos sobre transparência e dados abertos.

Semestre: 2
Carga horária: 6
Inscritos: 133
Certificados: 43
Fluxo de pessoas: 72

Oficina de Elaboração de Projetos e apresentação do curso de pós-graduação da Escola do Parlamento

Esta oficina teve por objetivo capacitar o aluno a formular temas e elaborar seu projeto de pesquisa, de forma a auxiliar na preparação dos candidatos para o processo seletivo do programa de pós-graduação da Escola. Foram abordados os tópicos previstos no edital e houve espaço para dúvidas e questões dos candidatos.

Semestre: 2
Carga horária: 3

Oficina Editais de Cultura

Como continuação do curso Políticas Públicas de Cultura, realizado pela Escola do Parlamento em 2015, essa oficina tem por objetivo apresentar o mecanismo dos editais de apoio a projetos culturais, bem como mapear os principais mecanismos de apoio a projetos culturais disponíveis na cidade de São Paulo, no Estado e no nível federal.

Semestre: 2
Carga horária: 6
Inscritos: 118
Certificados: 27
Fluxo de pessoas: 75

Participação política das mulheres em espaços de poder e de decisão

Com o objetivo de complementar o debate sobre a representação feminina em espaços de poder e decisão, iniciado no curso de Direito Eleitoral, a Escola do Parlamento organizou este seminário. Em ano de eleições municipais e diante do diagnóstico de que apenas 5 dos atuais 55 vereadores são mulheres (e apenas 10% dos deputados federais e 14% dos senadores), apesar de serem metade da população e da força de trabalho na economia, torna-se fundamental debater quais são os principais gargalos e desafios para se pensar coletivamente em novos mecanismos de participação e inclusão da mulher.

Semestre: 1
Carga horária: 3
Inscritos: 318
Certificados: 89
Fluxo de pessoas: 89

Participação social e política

O curso buscou fomentar a compreensão sobre como a forma de atuação do Poder Legislativo é percebida pelos cidadãos e como ela impacta na maneira como os cidadãos elegem seus representantes, demonstrando como os aspectos de estratégia, elaboração, implementação e financiamento de campanhas eleitorais devem ser compreendidos à luz da legislação atual. Este entendimento é de grande importância para uma reflexão sobre como estes mecanismos influem de maneira profunda nas decisões do eleitor e na política pública.

Semestre: 2
Carga horária: 6
Fluxo de pessoas: 184

Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a Década Internacional de Afrodescendentes

A Assembleia Geral da ONU proclamou o período entre 2015 e 2024 como a Década Internacional de Afrodescendentes (resolução 68/237), cujo tema é "reconhecimento, justiça e desenvolvimento". O curso, uma parceria com a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, se propôs a fazer um debate aberto sobre a luta contra o racismo, a discriminação racial e a intolerância correlata, e a promover o fortalecimento e a ampliação de conhecimentos dos participantes em relação à transversalidade étnico-racial nas áreas de gestão pública e na sociedade, visando contribuir com o debate sobre a diversidade e a promoção da igualdade racial.

Semestre: 1
Carga horária: 27
Inscritos: 451
Certificados: 199
Fluxo de pessoas: 1746

Políticas Públicas: da Agenda à Avaliação

Esse curso pretendeu apresentar o ciclo das políticas públicas, passando pela conceituação do termo, as fases de definição da agenda, a formulação da política propriamente dita, a implementação e a avaliação dos impactos, sempre mesclando abordagens teóricas com estudos de caso que auxiliem na apreensão dos conceitos. O curso teve a pretensão de que, após a participação no curso, municípios possam compreender de modo mais claro como uma demanda ou uma carência identificada pela gestão pública se tornam uma política pública efetiva e, dessa forma, que eles possam atuar de forma mais incisiva para modificar sua própria realidade.

Semestre: 1
Carga horária: 30
Inscritos: 258
Certificados: 101
Fluxo de pessoas: 1076

Previdência Social: reformas e perspectivas

Curso promovido em parceria com o Sindicato dos Servidores da Câmara Municipal de São Paulo e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (Sindilex), teve por objetivo apresentar as disposições normativas e os projetos de reforma relativos ao Regime Geral da Previdência Social e aos Regimes Próprios da Previdência Social, com ênfase, neste caso, nas peculiaridades relativas aos servidores públicos.

Semestre: 1
Carga horária: 60
Inscritos: 169
Certificados: 58
Fluxo de pessoas: 138

Quintas Consultivas

O Projeto Quintas Consultivas, uma parceria entre a Escola do Parlamento e a Consultoria Técnica Legislativa, é uma série de debates abordando temas que fazem parte do dia a dia dos(as) Consultores(as) na realização de seu trabalho de estudos técnicos e na troca de experiências com Vereadores(as) e Assessores(as).

Semestre: 2
Carga horária: 9

Repórter do Futuro: "Descobrir São Paulo, Descobrir-se Repórter"

O Projeto Repórter do Futuro desenvolveu uma metodologia própria para conduzir pedagogicamente suas atividades através de Conferências de Imprensa seguidas de Entrevistas Coletivas. Nesta proposta, foram igualmente beneficiados por esta formação, os estagiários de comunicação que atuam nos gabinetes dos vereadores da Câmara Municipal. Esta foi a quinta edição do módulo Descobrir São Paulo - Descobrir-se Repórter, realizado em parceria com a Oboré Projetos Especiais.



Semestre: 2
Carga horária: 24
Inscritos: 323
Certificados: 22
Fluxo de pessoas: 138

Seminário Balanço Crítico da Habitat III: as cidades latino-americanas e os desafios da Nova Agenda Urbana

A partir do contexto macroeconômico de cada uma das regiões da América Latina, o seminário pretendeu tecer considerações sobre os desafios colocados pela Nova Agenda Urbana, aprovada na Habitat III, notadamente sobre as questões atinentes aos novos modelos de financiamento propostos pelo documento. Em face disso, pretendeu-se abordar também, a partir da perspectiva das cidades latino-americanas, qual o papel dos governos locais como atores-chave do desenvolvimento urbano preconizado pela Nova Agenda Urbana. O curso foi acompanhado por pontos focais simultâneos em 9 países.

Semestre: 2
Carga horária: 3
Inscritos: 75
Certificados: 19

Seminário Conjuntura Política Brasileira e Lançamento da Revista Parlamento e Sociedade: Dossiê Reforma Política

Cumprindo suas atribuições, a Escola do Parlamento organizou, entre 04 de maio e 29 de junho de 2015, o Ciclo de Debates Reforma Política, que deu origem ao dossiê de mesmo nome, publicado nos números 4 e 5 da Revista Parlamento e Sociedade.

Para marcar o lançamento do Dossiê, a Escola promoveu o seminário sobre conjuntura política brasileira, trazendo especialistas para debater a atual crise política e seus possíveis desdobramentos.

Semestre: 1
Carga horária: 3
Inscritos: 309
Certificados: 77
Fluxo de pessoas: 100

Seminário Governança Metropolitana: desafios e perspectivas

A cidade de São Paulo tem quase 12 milhões de habitantes e está inserida em uma das maiores regiões metropolitanas do mundo, com mais de 20 milhões de habitantes. Este seminário teve por objetivo debater, com base em uma perspectiva comparada, distintos aspectos da governança metropolitana, como a coordenação de serviços públicos de competências compartilhadas e os consórcios municipais.

Semestre: 2
Carga horária: 9
Inscritos: 106
Fluxo de pessoas: 110

Seminário Mobilidade: transportes coletivo e não motorizado

O objetivo do seminário foi o de refletir, junto aos gestores públicos, estudiosos da cidade, representantes da sociedade civil organizada e municipais, sobre os desafios e as alternativas de locomoção dentro da metrópole paulistana. Debateu-se como garantir acesso a transporte público e não motorizado com qualidade, segurança e integração entre diversos modais, tornando a cidade um lugar mais agradável para se viver, democratizando o acesso à cidade e diminuindo o tempo e o custo de locomoção na capital paulista.

Semestre: 1
Carga horária: 6
Inscritos: 343
Certificados: 107
Fluxo de pessoas: 107

Seminário Mulher, Políticas e Direitos

O seminário teve por objetivo debater o desenvolvimento da participação das mulheres na política, no mundo do trabalho e nos movimentos sociais, relacionando essa participação com o estágio de desenvolvimento econômico, político e social. Para tanto foi necessário jogar luz sobre os entraves e desafios para a maior inserção feminina na

sociedade, quer no âmbito da família, do trabalho ou da política.

Semestre: 2
Carga horária: 8
Inscritos: 243
Certificados: 75
Fluxo de pessoas: 75

SP de Todos os Imigrantes



Curso realizado em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo e com o Museu da Imigração, visou abordar temas transversais às migrações contemporâneas; visualizar os tipos e mudanças dos fluxos migratórios; e discutir fatos atuais e históricos que influenciam os movimentos populacionais, com foco na cidade de São Paulo como local de acolhida.

Semestre: 2
Carga horária: 24
Inscritos: 257
Certificados: 45
Fluxo de pessoas: 172

Trocando em Miúdos: leitura comentada de documentos públicos

O curso teve o objetivo de traduzir para o público leigo o conteúdo e os principais trechos de documentos públicos relevantes para o dia a dia do cidadão e para o planejamento e a organização de políticas públicas. As leituras abordaram o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Estatuto da Juventude, o Plano Nacional de Segurança Alimentar e o Estatuto do Idoso.

Semestre: 2
Carga horária: 12
Inscritos: 240
Certificados: 75
Fluxo de pessoas: 75

ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CONVÊNIOS NO BIÊNIO 2015/2016

COOPERAÇÃO	OBJETO	VIGÊNCIA
ABEL – Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas	Cooperação técnica-científica, cultural e intercâmbio de experiências	12 meses
Câmara Municipal de Itapevi	Desenvolver programa de cooperação para formação de recursos humanos.	12 meses
Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL	Formação de recursos humanos (capacitações, seminários e outros), pós-graduação e intercâmbios acadêmicos, profissionais e de pesquisa, no âmbito da integração latino-americana voltados para o desenvolvimento econômico e social.	60 meses
Defensoria Pública do Estado de São Paulo	Desenvolver estudos para integração e cooperação técnica.	12 meses
Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – EMASP	Desenvolvimento e a implantação conjunta de atividades formativas para a capacitação prioritária dos servidores públicos e demais membros da sociedade civil, bem como o desenvolvimento institucional e da gestão pública.	
Oboré Projetos Especiais	Desenvolvimento do projeto Repórter do Futuro, Módulo "Descobrir São Paulo, Descobrir-se Repórter", visando assegurar a todos o acesso a informações sobre a cidade de São Paulo, mediante cooperação para capacitação de estudantes de jornalismo e jornalistas especializados nessa temática.	36 meses
Open Knowledge Foundation	Desenvolvimento de programa de cooperação por meio de projetos, cursos e eventos, aprimorando o uso da tecnologia da informação e visando uma maior participação cívica, estimulando a transparência por meio de acesso aos dados governamentais.	36 meses
Serviço Social do Comércio (SESCSP)	Desenvolvimento e a implantação conjunta de atividades formativas, bem como a divulgação de publicações no âmbito de gestão cultural e políticas culturais.	12 meses
Secretaria Municipal de Educação	Cooperação técnica para implantação do Programa de Capacitação para a Cidadania	12 meses
Tribunal de Contas do Município (TCM)	Desenvolver programa de cooperação para formação de recursos humanos.	60 meses
Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SP)	Desenvolvimento e implantação conjunta de atividades formativas, bem como a divulgação de publicações para difusão de conhecimentos jurídicos e dados eleitorais a serem oferecidos ao público em geral.	12 meses
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	Cursos de extensão na modalidade EAD	60 meses

CLIPPING DE MATÉRIAS

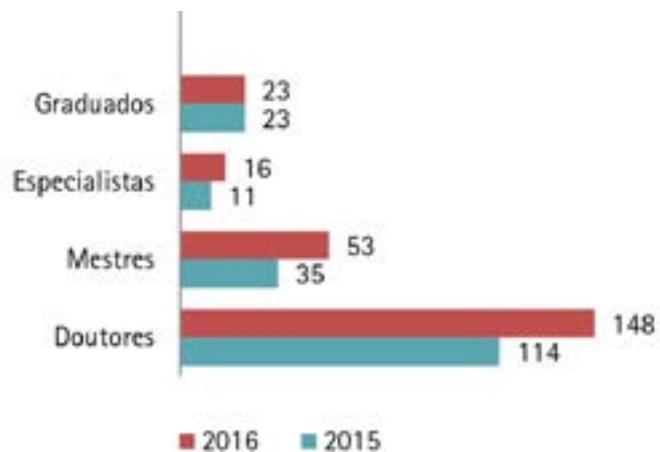
VEÍCULO	DATA	TIPO	TÍTULO
Rede Brasil Atual	5/12/2016	On-line	Mostra de Cinema na Câmara de São Paulo debate questões sociais
Mundo Amazônia	24/11/2016	On-line	Gestores e cientistas do Brasil e da Alemanha avaliam desenvolvimento urbano sustentável
Rede Notícias	24/11/2016	On-line	Gestores e cientistas do Brasil e Alemanha avaliam desenvolvimento urbano sustentável
Plantão News	24/11/2016	On-line	Gestores e cientistas do Brasil e Alemanha avaliam desenvolvimento urbano sustentável
iBahia	24/11/2016	On-line	Gestores e cientistas do Brasil e da Alemanha avaliam desenvolvimento urbano sustentável
Museu da Imigração do Estado de S. Paulo	11/11/2016	On-line	Curso "São Paulo de todos os Imigrantes"
Agência Patrícia Galvão	18/10/2016	On-line	Escola do Parlamento oferece curso sobre Igualdade de Gênero em São Paulo/SP
FGV Projetos	7/10/2016	On-line	5th German-Brazilian Dialogue on Science, Research and Innovation
UNIFESP	28/8/2016	On-line	Unifesp e Escola do Parlamento realizam aula inaugural do curso de extensão em Direitos Humanos
UOL Notícias	23/8/2016	On-line	UOL Notícias: Não é bem assim: veja os deslizes dos candidatos a prefeito de SP
UOL Eleições	23/8/2016	On-line	Não é bem assim: veja os deslizes dos candidatos a prefeito de SP
UOL	8/8/2016	On-line	Um terço dos moradores de SP quer deixar a cidade, diz pesquisa
Instituto de Contas	15/7/2016	On-line	Processo Seletivo Simplificado para curso na Escola de Contas do TCM/SP
Agência Publisher	29/6/16	On-line	Escola do Parlamento de São Paulo e OBORÉ lançam publicação
EcclaPlan	24/6/2016	On-line	Sustentabilidade está ligada à redução da desigualdade, defendem especialistas
Jornal Nippak	24/6/2016	On-line	SÃO PAULO 2030: Kazuo Nakano participa de Ciclo de Debate na Câmara Municipal
Rede Nossa São Paulo	24/5/2016	On-line	SP 2030: desigualdades estão ligadas à violência e falta de oportunidades
Rede Nossa São Paulo	15/6/2016	On-line	Evento na Câmara Municipal debate "São Paulo Cidade Sustentável"
UNIFESP	9/6/2016	On-line	Unifesp e Escola do Parlamento fecham parceria para ofertar curso de extensão em Direitos Humanos
Portal da Câmara Municipal de S. Paulo	23/5/16	On-line	SP 2030: desigualdades estão ligadas à violência e falta de oportunidades
Casa da Cidade	13/5/2016	On-line	Eleição direta para subprefeitos será tema de seminário
Escola Paulista de Magistratura	3/5/2016	On-line	Escola do Parlamento realizará o ciclo de debates "Fórum das cidades – cidades sustentáveis"
ExpoNews Brasil	26/4/2016	On-line	Pesquisa mostra baixa procura por exposições, teatro e até mesmo a leitura em SP
Veja	25/4/2016	On-line	Moradores de SP querem que próximo prefeito se preocupe com saúde, criação de empregos e segurança

G1	25/4/2016	On-line	72,4% dos entrevistados não vão a exposições em SP, diz pesquisa
Open Knowledge Brasil	19/4/2016	On-line	Escola do Parlamento promove debate "Abrindo a Câmara"
Rede Nossa São Paulo	22/3/2016	On-line	SP 2030: Mobilidade urbana abre o Ciclo de Debates na Câmara
Portal da Câmara Municipal de S. Paulo	21/3/2016	On-line	Escola do Parlamento reinicia trabalhos com 3 novos cursos
Rede Brasil Atual	21/3/2016	On-line	Evento em São Paulo discute desafios da capital para próximos 15 anos
SPTV	21/3/2016	TV	Pesquisa mostra o que o paulistano pensa da mobilidade na capital
Portal da Câmara Municipal de S. Paulo	18/3/2016	On-line	SP 2030: Mobilidade urbana abre o Ciclo de Debates na Câmara
Portal da Câmara Municipal de S. Paulo	11/2/2016	On-line	SP2030 vai discutir os desafios da capital paulista nos próximos 15 anos
Escola do Legislativo de Pouso Alegre	22/12/15	On-line	Escola do Legislativo de Pouso Alegre participou do XXVI Encontro da ABEL em São Paulo
ABEL	20/12/15	On-line	Câmara Municipal de Itapevi/SP instala Escola do Parlamento
Rede Nossa São Paulo	14/12/15	On-line	Evento na Câmara defende realização de um plebiscito em SP junto com as eleições de 2016
Promotoras Legais Populares	30/11/15	On-line	União de Mulheres promove ciclo de debates com Escola do Parlamento
Comunica	23/11/15	On-line	Escola do Parlamento da Câmara Municipal de SP promove evento sobre (Des) igualdade racial no Brasil: desafios e perspectivas
Portal Fórum	13/11/15	On-line	Escola do Parlamento oferece oficina gratuita de blogue cidadão
MigraMundo	7/11/15	On-line	Curso sobre imigração em São Paulo começa pedindo novo paradigma em migrações
Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa e de Assistência Social	3/11/15	On-line	Exposição e Seminário: imigração e cultura japonesa e economia Brasil - Japão
Laboratório de educação	31/10/15	On-line	Laboratório de Educação organiza seminário em parceria com a Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo
El guia latino	25/10/15	On-line	São Paulo de Todos os Imigrantes: Curso da Escola do Parlamento Inscrições até 30/10
Museu da Imigração de SP	23/10/15	On-line	Curso "São Paulo De Todos os Imigrantes"
SpressoSP	20/10/15	On-line	Em São Paulo, Escola do Parlamento promove curso de Comunicação Livre gratuito
ABDL	15/10/15	On-line	Escola do Parlamento promove curso sobre leitura
Portal Aprendiz	15/10/15	On-line	Cidade educadora: seminário debate relação entre criança e o espaço urbano
Jair Tatto	12/10/15	On-line	Escola do Parlamento abre inscrições para curso de Comunicação Digital
Fundação Konrad Adenauer no Brasil	1/6/15	On-line	Ciclo de debates da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo
Campo de Públicas	12/4/15	On-line	Escola do Parlamento seleciona docentes

BALANÇO DO BIÊNIO



Perfil dos professores e professoras contratados



79

Total de atividades, carga-horária e assinaturas em lista de presença, por ano

	2015	2016
Atividades realizadas	37	55
Carga-horária (horas)	664	824
Assinaturas em lista de presença	9277	16687

VEREADORES DA 3ª E DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

2015

Abou Anni (PV)
Adilson Amadeu (PTB)
Adolfo Quintas (PSDB)
Alessandro Guedes (PT)
Alfredinho (PT)
Andrea Matarazzo (PSDB)
Anibal de Freitas (PSDB)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)
Antonio Donato (PT)
Ari Friedenbach (PROS)
Arselino Tatto (PT)
Atílio Francisco (PRB)
Aurélio Miguel (PR)
Aurélio Nomura (PSDB)
Calvo (PMDB)
Celso Jatene (PTB)
Claudinho de Souza (PSDB)
Conte Lopes (PTB)
Coronel Camilo (PSD)
Coronel Telhada (PSDB)
Dalton Silvano (PV)
David Soares (PSD)
Edir Sales (PSD)
Eduardo Tuma (PSDB)
Eliseu Gabriel (PSB)
Florianio Pesaró (PSDB)
George Hato (PMDB)
Gilson Barreto (PSDB)
Goulart (PSD)
Jair Tatto (PT)
Jean Madeira (PRB)
Jonas Camisa Nova
(Democratas)
José Américo (PT)
José Police Neto (PSD)
Juliana Cardoso (PT)
Laércio Benko (PHS)
Marco Aurélio Cunha (PSD)
Mario Covas Neto (PSDB)
Marquito (PTB)
Marta Costa (PSD)
Milton Leite (Democratas)
Nabil Bonduki (PT)
Natalini (PV)
Nelo Rodolfo (PMDB)
Netinho de Paula (PDT)
Noemi Nonato (PROS)

Orlando Silva (PCdoB)
Ota (PROS)
Patrícia Bezerra (PSDB)
Paulo Fiorilo (PT)
Paulo Frange (PTB)
Pr. Edemilson Chaves (PP)
Quito Formiga (PR)
Reis (PT)
Ricardo Nunes (PMDB)
Ricardo Teixeira (PV)
Ricardo Young (PPS)
Roberto Tripoli (PV)
Rodolfo Despachante (PHS)
Salomão Pereira (PSDB)
Sandra Tadeu (Democratas)
Senival Moura (PT)
Souza Santos (PSD)
Toninho Paiva (PR)
Toninho Vespóli (PSOL)
Ushitaro Kamia (PSD)
Valdecir Cabrabom (PTB)
Vavá (PT)
Wadiah Mutran (PP)

2016

Abou Anni (PV)
Adilson Amadeu (PTB)
Adolfo Quintas (PSD)
Alfredinho (PT)
Andrea Matarazzo (PSD)
Anibal de Freitas (PV)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)
Antonio Donato (PT)
Ari Friedenbach (PHS)
Arselino Tatto (PT)
Atílio Francisco (PRB)
Aurélio Miguel (PR)
Aurélio Nomura (PSDB)
Calvo (PDT)
Celso Jatene (PR)
Claudinho de Souza (PSDB)
Conte Lopes (PP)
Dalton Silvano (DEM)
David Soares (DEM)
Edemilson Chaves (PTB)
Edir Sales (PSD)
Eduardo Tuma (PSDB)
Eliseu Gabriel (PSB)
George Hato (PMDB)
Gilson Barreto (PSDB)
Jair Tatto (PT)
Jamil Murad (PCdoB)
Jean Madeira (PRB)
Jonas Camisa Nova (DEM)
José Police Neto (PSD)
Juliana Cardoso (PT)
Laércio Benko (PHS)
Mário Covas Neto (PSDB)
Milton Leite (DEM)
Nabil Bonduki (PT)
Natalini (PV)
Nelo Rodolfo (PMDB)
Noemi Nonato (PR)
Ota (PSB)
Patrícia Bezerra (PSDB)
Paulo Fiorilo (PT)
Paulo Frange (PTB)
Quito Formiga (PSDB)
Reis (PT)

Ricardo Nunes (PMDB)
Ricardo Teixeira (PROS)
Ricardo Young (REDE)
Salomão Pereira (PSDB)
Sandra Tadeu (DEM)
Senival Moura (PT)
Souza Santos (PRB)
Toninho Paiva (PR)
Toninho Vespóli (PSOL)
Vavá (PT)
Wadiah Mutran (PDT)

SUPLENTES

Alessandro Guedes (PT)
Francisco Chagas (PT)
Joselito (PCdoB)
Marquito (PTB)
Rodolfo Despachante (PHS)
Ushitaro Kamia (PDT)
Valdecir Cabrabom (PTB)

